



ATA NÚMERO QUATRO

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE TAVIRA, REALIZADA NO DIA
VINTE E SETE DE DEZEMBRO DO ANO DOIS
MIL E TREZE _____

---Aos vinte e sete dias do mês de dezembro do ano dois mil e treze reuniram, na Biblioteca Municipal Álvaro de Campos, em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Tavira, com a seguinte Ordem de Trabalhos: _____

1. Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal; _____
2. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 188/2013/CM, referente à Atualização da Tabela de Taxas, Mapa de Pessoal e Grandes Opções do Plano e Orçamento; _____
3. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 189/2013/CM, referente à Atribuição de apoio à Freguesia de Cachopo – Consumo de eletricidade - GIPS; _____
4. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 191/2013/CM, referente à Determinação da taxa de derrama; _____
5. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 192/2013/CM, referente à Taxa municipal de direitos de passagem; _____
6. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 193/2013/CM, referente à Assunção de compromissos plurianuais – Final de 2013; _____
7. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 199/2013/CM, referente à Alteração da composição do Júri para o procedimento concursal para provimento de cargo de Chefe de Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais – 355-Div/13; _____
8. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 200/2013/CM, referente à Alteração ao regulamento de organização dos serviços municipais; _____
9. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 201/2013/CM, referente ao Regulamento de apreensões, depósitos e perdas de bens para o Município de Tavira; _____

10. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 203/2013/CM, referente ao Concurso público com vista ao fornecimento de gasóleo, gasolina sem chumbo 95 e lubrificantes;

11. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 204/2013/CM, referente ao Empréstimo Quadro – Banco Europeu de Investimento (BEI) “Parque Verde do Séqua – 2ª. Fase”.

----O Presidente da Assembleia Municipal, José Otilio Pires Baia, declarou aberta a sessão pelas vinte e uma horas e dez minutos. _____

----Pelo Presidente da Assembleia foi efetuada a chamada, tendo-se registado presentes os membros Anabela Lourenço Fernandes dos Santos, Ângelo Filipe Silva Pereira, Antero Arcanjo Mendes Romeira, Artur António Guerreiro Sanina, Carlos Alberto Pires Rodrigues, Carlos Manuel Viegas de Sousa, Cristela da Cruz Pereira Martins, Dinis Manuel da Palma Faísca, Filipe Vasques do Nascimento Neto Lopes, Hugo Daniel Santos Gomes, João Afonso Cunha Rego de Carvalho, João Eduardo da Silva Trindade, Joaquim José Brandão Pires, José Alberto Godinho Correia, José Epifânio Martins da Graça, José Liberto da Conceição Graça, José Otilio Pires Baia, José Vitorino Rodrigues Pereira, Leonardo António Gonçalves Martins, Maria Helena Correia Bartolomeu Silva, Maria José Dias Palma Simão Mestre, Maria Otília Martins Carneira, Maria do Rosário Brás Cavaco Ferreira Afonso, Ricardina Pereira Alcaíde Jesus, Sílvia Alexandra Sanches Soares e Sílvio Edgar Assis Fernandes. _____

----O Segundo Secretário, Jean Pierre Patrick Rancher solicitou a substituição tendo sido substituído por Hugo Daniel Santos Gomes. _____

----Os membros Muriel Cristina Dias e Luís Filipe Rosado Vicente Beato solicitaram a substituição tendo sido substituídos por Filipe Vasques do Nascimento Neto Lopes e Ana Graciete Mendes Coelho substituída por Maria Helena Correia Bartolomeu Silva, respetivamente. _____

----O Presidente da Assembleia informou que ia dar início à reunião e que o Segundo Secretário da Mesa, o Membro Jean Pierre Patrick Rancher não iria estar presente, pelo que por antecipação, já tinha convidado a Membro Maria Helena Correia Bartolomeu Silva para fazer parte da mesa. _____

----Colocou à apreciação e votação as atas número dois e número três que supunha todos os membros tinham recebido e que ainda não tinham sido aprovadas nas últimas Assembleias por serem extraordinárias. A ata número dois referia-se à reunião realizada no dia sete de novembro, e a número três à reunião do dia vinte e nove de novembro. Acrescentou que se os membros não se importassem colocaria as duas atas à votação, em simultâneo. _____

----O Membro Brandão Pires referiu que se opunha uma vez que não tinha estado presente numa das Assembleias pelo que se iria abster. _____

----O Presidente da Assembleia colocou à votação a ata número dois do dia sete de novembro que foi aprovada por maioria com dezanove votos a favor e sete abstenções. _____

----Relativamente à ata número três do dia vinte e nove de novembro, foi aprovada por maioria com vinte e quatro votos a favor e duas abstenções. _____

----O Membro José Mateus Domingos Costa entrou na sala às vinte e uma horas e quinze minutos. _____

---O Presidente da Assembleia referiu que antes de iniciarem a discussão e votação das moções e votos de pesar que tinham entrado na mesa, passava a palavra ao Membro José Graça para que desse conta do ocorrido na reunião da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens que tinha sido a única reunião de comissões que se tinha realizado entre as sessões ordinárias das Assembleias. _____

---O Membro José Graça referiu que se tratava da primeira reunião da CPCJ e que tinha sido marcada especialmente para acolher os novos representantes eleitos por aquela Assembleia Municipal. Tinha, igualmente, sido abordado o plano de atividades a desenvolver ao longo do ano seguinte e sido efetuado o balanço das atividades desenvolvidas nos últimos meses. Essencialmente tinha sido aquele o conteúdo dos trabalhos tendo alguns membros da Assembleia Municipal, a Membro Muriel Dias e o Membro Dinis Faísca, ficado integrados nos grupos especializados da própria CPCJ, nomeadamente para a questão da dinamização do próprio plano de atividades. _____

---Para concluir, referiu que pretendia realçar relativamente àquela reunião, o excelente espírito de trabalho existente na CPCJ de Tavira que até já tinha sido motivo de moção de congratulação por parte daquela Assembleia Municipal aquando da cessação de funções da anterior presidente e que, presentemente, continuava ativo e bastante dinâmico para trabalhar de uma forma que considerava proactiva de modo a fazer respeitar os direitos das crianças e dos jovens do Concelho de Tavira. _____

---O Presidente da Assembleia informou que também poderiam dar conta do que tinha acontecido na primeira reunião da Assembleia Intermunicipal. Sendo que a Membro Muriel Dias, representante do MT – Movimento por Tavira, naquela Assembleia não estava presente, pedia ao Membro Brandão Pires que referisse resumidamente o conteúdo daquela reunião. _____

---O Membro Brandão Pires mencionou que a reunião se tinha realizado no dia nove de dezembro e que os representantes daquela Assembleia Municipal na Assembleia Intermunicipal eram, ele próprio, o Presidente da Assembleia, Otílio Baia, o Membro José Graça e a Membro Muriel Dias como já tinha sido referido. Os quatro membros tinham estado presentes sendo que realçava da Ordem de Trabalhos, que tinha sido cumprida, a eleição da Mesa da Assembleia Intermunicipal sendo que o Presidente da Mesa eleito tinha sido o Presidente da Assembleia Municipal de Loulé, Adriano Pimpão, o primeiro secretário, José Vítor da Silva, Membro da Assembleia Municipal de Faro e a segunda secretária, a Membro Esmeralda Ramires da Assembleia Municipal de Olhão. _____

---Acrescentou que naquela reunião também tinha sido aprovada uma moção de congratulação com a escolha de Tavira e a Dieta Mediterrânica como Património Imaterial da Humanidade. _____

---Para terminar referiu que António Eusébio tinha sido eleito como Primeiro-Secretário tendo-se realizado a respetiva tomada de posse. _____

---O Presidente da Assembleia informou que ia passar a palavra à Membro Maria José Mestre para que apresentasse o voto de pesar. _____

---A Membro Maria José Mestre referiu que o voto de pesar de que era porta-voz se referia ao falecimento, ocorrido no dia anterior, do Padre Araújo, pelo que passava a ler: _____

---“Voto de pesar. O Grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Tavira apresenta um sentido voto de pesar, pelo falecimento do Padre António Duarte Alves Franco Araújo de Sousa, ontem ocorrido, no hospital de Viana do Castelo. _____

---Homem frontal e correto, o Padre Araújo, que contava com oitenta e dois anos de vida, era natural de Lanheses, Viana do Castelo, mas está profundamente ligado à nossa terra, tendo sido pároco nas freguesias da Conceição e de Cabanas de Tavira, num tempo total de quarenta e quatro anos. Foi também na nossa terra que desenvolveu a sua carreira de professor, tendo lecionado na Escola Técnica de Tavira e na Escola Secundária de Tavira. _____

---Em novembro de dois mil e onze o Padre Araújo pediu ao Bispo do Algarve, por motivos de saúde, dispensa das suas funções de sacerdote, regressando à sua terra natal. _____

----Volvidos apenas dois anos, é com mágoa e sentido de perda que a comunidade tavirense recebe a notícia do seu falecimento e, é com esses sentimentos, que o grupo do Partido Socialista propõe à Assembleia do Município de Tavira um voto de pesar pelo seu falecimento, apresentando a todos os seus familiares e amigos as mais sentidas condolências.” _____

---O Presidente da Assembleia questionou se algum dos presentes se pretendia pronunciar que não se verificando, colocou o voto de pesar pelo falecimento do Padre Araújo a votação, que foi aprovado por unanimidade. Passou a palavra ao Membro José Alberto Correia. _____

---O Membro José Alberto Correia disse que em seu nome e da bancada do PS – Partido Socialista gostava de se referir ao desaparecimento de duas figuras muitíssimo importantes no panorama internacional. A primeira cujo falecimento tinha ocorrido no dia onze daquele mês tratava-se de um pintor e arquiteto que era uma das figuras chave da arte portuguesa das últimas sete décadas. Não possuía um voto de pesar escrito tendo, contudo, retirado informações da Internet, nomeadamente algumas referências do obituário do Jornal de Notícias. Referia-se a um artista que era dos artistas de maior relevo da arte dos séculos vinte e vinte e um, quer no panorama português quer mundial, de seu nome Nadir Afonso. _____

---Assim, como já há vários anos que Tavira tinha um estatuto e uma consistência virada para as artes e cultura, consideravam que era muito importante homenagear com um voto de pesar que contudo estava mais virado para a obra e vida da pessoa do que propriamente para o momento do seu desaparecimento físico porque tinha ficado registado na vanguarda da arte mundial, com obras em vários museus e estava retratado nos manuais escolares. Passava a ler algumas notas que tinha retirado da Wikipédia e que referia: _____

---“Nadir Afonso é um autor de uma obra singular, estruturada no contexto artístico internacional com consistente pioneirismo e um dos artistas de maior relevo da arte do séc. XX e XXI. Um processo sustentado pela reflexão e análise teórico-filosófica, de formulação própria e o conseqüente trabalho prático como fio condutor para uma metodologia racional. O artista defende uma estética que pressupõe a relação das leis geométricas, leis universais que existem na Natureza...”. _____

---Considerava pois aquele um grande pioneirismo, um grande contributo que o artista dava através da geometria matemática e um grande conceito teórico relevante que se iria tornar importantíssimo na arte do século vinte e um. Assim, para terminar, acrescentava que ele tinha *“publicado vários livros onde defende que a arte é puramente objetiva e regida por leis de natureza matemática, que tratam a arte não como um ato de imaginação, mas de observação, percepção e manipulação da forma. Nadir Afonso alcançou reconhecimento internacional e está representado em vários museus”*, tendo também vários livros publicados. Portanto, gostava que Tavira pudesse homenagear uma das grandes figuras portuguesas que tinham impacto no presente e muito especialmente para todo o futuro. _____

---O Presidente da Assembleia indagou se alguém pretendia pronunciar-se e passou a palavra ao Membro João Carvalho. _____

---O Membro João Carvalho questionou sobre a relação direta que teria com Tavira. _____

---O Membro José Alberto Correia respondeu que propriamente a única relação que teria com Tavira era o dever que tinham de homenagear as grandes, grandíssimas figuras que se relevavam pela sua importância, pela sua obra, num contexto pioneiro, único e genuíno para as artes. _____

---Considerava que se Tavira pretendia ser e continuar uma referência regional e nacional na cultura, nas artes e no património, aqueles eram passos significativos que, na sua opinião, quando consistentes com a admissão de uma simbologia, deviam abraçar. _____

---O Membro João Carvalho salientou que aquele voto abria um precedente. _____

---O Presidente da Assembleia colocou o voto de pesar a votação que foi aprovado por maioria de vinte e seis votos a favor e uma abstenção. _____

---O Presidente da Assembleia passou novamente a palavra ao Membro José Alberto Correia para que apresentasse o segundo voto de pesar. _____

---O Membro José Alberto Correia referiu que este era dirigido a uma figura mais sobejamente conhecida de todos que tinha desaparecido no dia cinco anterior, de seu nome Nelson Mandela. Toda a sua vida tinha sido dedicada à luta pela liberdade, marcada pelos conceitos mais importantes da vida humana e por isso dignos de registo, pelo que pensavam que também deveriam agraciar com um voto de homenagem pela sua obra e vida mais do que pela sua morte. Não se podiam esquecer que tinha estado décadas, vinte e sete anos preso e que depois de sair da prisão tinha conseguido algo que não estava ao alcance da maioria das pessoas. Ele era um dos grandes pensadores, um dos grandes humanistas, um dos grandes políticos, um dos grandes homens dos tempos atuais, pelo que, era nessa qualidade que também gostava de o homenagear propondo também àquela Assembleia um voto de pesar para Nelson Mandela. _____

---O Presidente da Assembleia perguntou se algum dos presentes se pretendia pronunciar sobre a apresentação efetuada, o que não se verificando, colocou o voto de pesar a votação que foi aprovado por unanimidade. _____

---Referiu que tinham entrado na Mesa três moções apresentadas pelo representante do BE – Bloco de Esquerda, que tendo sido entregues em simultâneo iria começar pela moção referente à revogação/não aplicação do aumento do horário de trabalho nos serviços municipais de Tavira e que passava a ler. _____

---“Moção/Proposta. _____

---Revogação/Não aplicação do Aumento do Horário de Trabalho nos Serviços Municipais de Tavira. ____

---Considerando que: _____

---1 – O Governo impôs o aumento do horário de trabalho na Administração Pública Central e Local de trinta e cinco horas semanais para quarenta horas, sob o argumento da igualização do horário de trabalho com o praticado no setor privado, escondendo que esse é o limite máximo, mas que em muitos locais de trabalho e setores o horário de trabalho praticado é efetivamente inferior. _____

---2 – O aumento de trinta e cinco para quarenta horas semanais não traz maior produtividade aos serviços nem vai tornar mais eficaz o atendimento aos munícipes, objetivos que devem encontrar soluções no âmbito organizacional e da formação. _____

---3 – O aumento do horário de trabalho consubstancia uma perda de direitos e da retribuição, faz crescer os fatores de descontentamento e de mal-estar laboral que, esses sim, prejudicam a produtividade e a identificação dos trabalhadores com os objetivos de serviço público do município. ____

---4 – Além disso, o prolongamento da jornada de trabalho prejudica vincadamente a vida pessoal dos trabalhadores e agrava as dificuldades na articulação com as suas responsabilidades familiares e sociais. _____

---5 – Constituindo claramente uma desvalorização salarial (há quem a avalie em cerca de catorze por cento) e uma pressão para a redução de postos de trabalho, o aumento do horário de trabalho não encontra qualquer justificação, nem argumentos, a favor dos trabalhadores e do próprio município. ____

---6 – O aumento do tempo laboral para as quarenta horas, a par do ataque aos direitos dos trabalhadores da Administração Pública Central e Local, concretiza mais um corte brutal da despesa pública e prepara uma vaga de despedimentos, anunciada na proposta de Orçamento do Estado – dois mil e catorze, agravando a recessão económica e as condições sociais no município e no país. _____

---7 – As centrais sindicais CGTP-IN e UGT já se pronunciaram considerando inconstitucional o diploma, tendo a verificação da sua constitucionalidade já sido suscitada junto do Tribunal Constitucional. _____

---8 – Nos termos do artigo duzentos e quarenta e um, número um da Constituição da República Portuguesa as autarquias locais dispõem de quadros de pessoal próprio, nos termos da lei, constituindo este preceito um corolário do Princípio da Autonomia das Autarquias Locais. _____

---9 – Nos termos do artigo trigésimo quinto, número dois, alínea a) do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, compete ao Presidente da Câmara Municipal decidir todos os assuntos relacionados com a gestão e direção de recursos humanos afetos aos serviços municipais. _____

---Assim, o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal / Câmara Municipal de Tavira, reunida em vinte e sete de dezembro de dois mil e treze, delibere: _____

---Recomendar ao Presidente da Câmara Municipal e à Câmara Municipal de Tavira, ao abrigo do artigo vigésimo quinto, número dois, alínea K) do Anexo I da Lei número setenta e cinco, dois mil e treze, de doze de setembro, e do Princípio da Autonomia das Autarquias Locais a não aplicação / revogação do aumento do horário de trabalho dos funcionários de todos os serviços municipais. _____

---O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda. _____

---Nota: O Acórdão do Tribunal Constitucional admite as trinta e cinco horas em novos contratos de trabalho. Dos trezentos e oito municípios, cento e noventa aplicam as trinta e cinco horas que representam sessenta e um, vírgula sete por cento, os restantes cento e dezoito municípios as quarenta horas.” _____

---O Presidente da Assembleia informou que não iria colocar à discussão a aceitação das moções uma vez que estas já tinham sido aceites, pelo que iria colocar à discussão aquela moção propriamente dita. Questionou se algum dos presentes pretendia pronunciar-se. _____

---O Membro João Carvalho referiu que pensava que para um funcionário privado que se encontrava desempregado tal como muitos outros, considerava aquela moção “pornográfica” pois tinha poucos adjetivos para a qualificar. Supunha que cada um deveria olhar para si e imaginar o que era o país que não se resumia à função pública pois também existiam outras pessoas, outros serviços, pelo que considerava que a moção não fazia qualquer sentido. _____

---O Presidente da Assembleia indagou se haviam mais intervenções e, visto que a moção se tratava de uma recomendação à Câmara, perguntava ao Presidente da Câmara se pretendia referir-se à mesma. _____

---O Presidente da Câmara disse que apenas pretendia mencionar que após a publicação da Lei, durante muito tempo o Município não tinha aplicado as quarenta horas semanais, contudo a partir do momento em que o Tribunal Constitucional tinha validado aquela norma, a mesma tinha sido imediatamente aplicada de acordo com a orientação dos serviços, cujo trabalho já se encontrava realizado no sentido da aplicação das quarenta horas semanais que era o que estava a ser aplicado no momento. Acrescentou que ainda existia uma abertura do próprio acórdão do Tribunal Constitucional no sentido de ser efetuada uma concertação com os sindicatos, o que ainda não tinha acontecido mas que não invalidava que viesse a acontecer no futuro, sendo que, no presente, as leis eram para cumprir, o Tribunal Constitucional tinha validado e como tal não tinham dúvidas que a Câmara apenas poderia aplicar as quarenta horas que era o que estava a acontecer. _____

---O Presidente da Assembleia passou a palavra ao Membro Artur Sanina. _____

---O Membro Artur Sanina referiu que a abertura do Tribunal Constitucional a que o Presidente da Câmara se tinha referido já tinha levado a que algumas Câmaras Municipais que estavam a aplicar as quarenta horas semanais as tivessem reduzido para trinta e cinco independentemente da Lei referir a

aplicação das quarenta horas. Tinham encontrado através dos Sindicatos a abertura dada pelo Tribunal Constitucional para que as trinta e cinco horas semanais fossem aplicadas através dos novos contratos de trabalho. _____

---Continuou referindo que tinha sido por aquele motivo que tinham estranhado que a Câmara de Tavira que tendo optado por continuar com as trinta e cinco horas semanais após a publicação da Lei, tivesse passado para as quarenta. Assim, tinham apresentado aquela moção uma vez que o acórdão do Tribunal Constitucional tinha dado aquela abertura e através das negociações com os Sindicatos era possível a aplicação das trinta e cinco horas semanais para os funcionários das Câmaras. _____

---Relativamente à observação do Membro João Carvalho não iria responder diretamente mas respondia com base na sua experiência. Era funcionário público e pertencia ao quadro privativo da Câmara Municipal de Faro. Presentemente, por requisição, estava a desempenhar funções na FAGAR - Faro, Gestão de Águas e Resíduos E.M, que era a empresa equivalente à TaviraVerde – Empresa Municipal de Ambiente, E.M. em Tavira e podia referir que no momento o que estavam a sentir e a verificar no funcionalismo público, principalmente quando existia a intervenção dos privados, era que ao integrarem uma empresa municipal o único objetivo que tinha era o lucro e não as condições de trabalho, o estímulo, ou a motivação para que os trabalhadores desenvolvessem o seu trabalho com vontade. Podia referir que presentemente, e dando um exemplo concreto, estava a trabalhar diretamente com o público e verificava que as dificuldades de pagamento das faturas da água eram cada vez maiores, pois cada vez mais existiam acordos de pagamento em prestações por as pessoas não terem meios para liquidarem as faturas, tendo inclusivamente, já sido colocado em causa o papel dos privados em termos daquela empresa. _____

---Acrescentou que não conhecia os moldes do contrato realizado em Tavira, mas estavam a reunir elementos para provar que o negócio com a FAGAR não tinha sido um bom negócio já que, verificando se receitas, estas seriam divididas por todos, contudo se houvesse despesas seria o Município a assegurar o seu pagamento e, certamente seria o consumidor que através da sua fatura iria pagar todos aqueles interesses dos privados. Podia dizer que anteriormente tratava os consumidores como seres humanos, dando-lhes conselhos, escrevendo por eles caso não o soubessem fazer, contudo tinha recebido orientações no sentido de que não tinha que dar quaisquer conselhos ou opiniões ao que tinha respondido que as pessoas que atendia tinham deixado de ser consideradas um ser humano passando apenas a ser um número. Era pois aquela a panorâmica que tinham nas empresas municipais, pelo que o espírito reinante no funcionalismo público era de que um funcionário trabalhava por dois ou três, trabalhava mais horas e o vencimento era o mesmo, ou melhor, era reduzido pois cada vez recebiam menos. _____

---Para concluir referiu que aquela era a realidade em que viviam, agravada com a entrada da nova Lei que impunha mais cinco horas de trabalho semanal. Não colocava em questão os privados nem a

competência das pessoas, porém, uma coisa era certa, um ser humano era um ser humano e não um número. _____

---O Presidente da Assembleia passou a palavra ao Membro José Graça. _____

---O Membro José Graça referiu que o PS a nível nacional tinha uma posição muito clara e assumida sobre aquela situação da Lei que determinava as quarenta horas semanais para todos os servidores públicos tendo votado contra as alterações do Código de Trabalho que incluíam aquela alteração da Lei e também no sentido de acatar as decisões do Tribunal Constitucional. _____

---A Câmara de Tavira na primeira hora tinha resolvido não aplicar a Lei tendo mesmo sido produzido um despacho no final do mês de setembro quando ainda se vivia o verão quente da campanha eleitoral em que todos prometiam tudo aos trabalhadores da Câmara. O Executivo tinha tomado a atitude responsável de suspender a aplicação da Lei aguardando, não apenas o necessário esclarecimento de um conjunto de normas que estavam em análise e sujeitas a verificação de constitucionalidade, mas também pela necessidade de acautelar um conjunto de horários de trabalho que vinham sendo praticados por vários órgãos municipais que se tinham que adaptar a todas as alterações que a Lei introduzia nos vários serviços sob a tutela do Município, nomeadamente, os infantários e escolas. _____

---Podia referir em primeira mão, primeira hora, que a Câmara Municipal tinha procedido convenientemente inclusive no momento em que o Tribunal Constitucional tinha esclarecido as dúvidas, e aplicado a Lei em conformidade com o que tinha sido aprovado em Assembleia da República. Assim, naturalmente que a Assembleia Municipal não tinha qualquer competência para revogar uma Lei aprovada em Assembleia da República. _____

---Para terminar mencionou que não tecia quaisquer comentários valorativos ou qualificativos sobre o teor da Lei pois as diferenças políticas eram sobejamente conhecidas visto que para eles os contratos de trabalho tinham sido vendidos com o lema das trinta e cinco horas o que esperavam que oportunamente se pudesse voltar a aplicar, até porque, realçava a atitude do Presidente da Câmara pela sua postura negocial com os Sindicatos e representantes dos trabalhadores no sentido de celebrar um acordo coletivo de entidade empregadora pública com os Sindicatos que representavam os trabalhadores do Município de Tavira, cujo caminho considerava o correto até porque o próprio acórdão do Tribunal Constitucional, como já ali tinha sido referido, permitia aquela abertura que, certamente, o Município em concertação com os Sindicatos procuraria defender da melhor forma o verdadeiro interesse público. _____

---O Membro João Carvalho afirmou que era filho de funcionários públicos, neto de funcionários públicos pelo que não pretendia atacar ali os funcionários públicos mas o que o Membro Artur Sanina tinha referido não era o que estava a ser proposto. Tinha abordado o facto dos privados terem lucros e os públicos não, portanto o que ali estavam a referir, pelo menos o que a moção pressupunha relacionava-se com os trabalhadores e horários de trabalho relativamente ao que considerava que o

Tribunal Constitucional tinha corrigido uma situação de desigualdade sendo que o BE pretendia que a situação de desigualdade se voltasse a verificar. _____

---O Presidente da Assembleia indagou se havia mais alguma intervenção que, não se verificando colocou a moção a votação. _____

---A moção foi reprovada com vinte e dois votos contra, três abstenções e dois votos a favor. _____

---A segunda moção também apresentada pelo BE versava sobre a defesa do ensino de qualidade para todos, pelo que passava a ler. _____

---“*Em defesa do ensino de qualidade para todos.* _____

---Considerando que: _____

---1 - *A declaração universal dos direitos da criança consagra o Direito a especial proteção para o seu desenvolvimento físico, mental e social.* _____

---2 - *O despacho nº 5048-b/2013 estabelece os critérios para a constituição de turmas nos vários níveis de ensino.* _____

---3 – *Existem várias turmas no concelho de Tavira onde não são cumpridos os critérios estabelecidos, nomeadamente aquelas onde há alunos com necessidades educativas especiais.* _____

---4 – *Existe um claro défice de docentes do ensino especial e terapeutas para acompanhamento dos alunos com necessidades educativas especiais.* _____

---5 – *As distâncias entre as várias Escolas do primeiro ciclo impossibilitam o desdobramento de professores do ensino especial para várias escolas dos Agrupamentos.* _____

---Assim, a Assembleia Municipal de Tavira reunida em sessão ordinária, no dia vinte e sete de dezembro de dois mil e treze, delibera: _____

---Exigir ao Ministério da Educação e ao Ministério das Finanças que cumpram a lei e autorizem a divisão de turmas irregularmente constituídas, bem como, providencie a colocação dos professores e terapeutas em falta, para o cumprimento das normas estabelecidas na legislação. _____

---Esta moção, depois de aprovada, deverá ser remetida ao Governo, Ministro da Educação, Ministro das Finanças, Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, Assembleia da República, Grupos Parlamentares e Comunicação Social.” _____

---O Presidente da Assembleia perguntou se algum dos presentes se pretendia pronunciar. _____

---O Membro José Alberto Correia disse que gostava de questionar o Membro do BE objetivamente sobre a quantificação do critério nomeadamente do ponto número três que referia o Concelho de Tavira, “...*não são cumpridos os critérios estabelecidos, nomeadamente aquelas onde há alunos com necessidades educativas especiais*”. Era muito sensível àquela matéria até por razões familiares e profissionais, pelo que gostava de saber quais eram os números que tinha para apresentar que corroborassem o constante na moção. _____

---O Membro Artur Sanina informou que aquela moção tinha surgido sobretudo devido ao que se estava a passar a nível do ensino, principalmente do ensino especial. Tinham verificado que os

professores que davam apoio às crianças, especialmente com as dificuldades de aprendizagem, não estavam a acompanhá-las devidamente. Quantitativamente não dispunha de um número exato uma vez que aquela moção resultara dos diálogos estabelecidos e de um trabalho que estava a ser elaborado pelo BE através de reuniões com as diversas instituições de modo a efetuar um levantamento sobre as necessidades existentes. Mais concretamente já tinham realizado uma reunião com a Fundação Irene Rolo onde tinham verificado a existência de uma falha em termos de apoio àquelas crianças que estavam a ser limitadas com as justificações de ordem monetária que não compreendiam.

---Concluiu dizendo que aquele não era um problema apenas de Tavira mas Nacional onde, presentemente existiam várias tomadas de posição das diversas forças no sentido de considerarem inconcebível que o Ministério de Educação estivesse a adotar aquelas medidas. A moção que apresentavam tinha sido elaborada no sentido de alertar para que situações como as referidas não existissem quer fosse em Tavira ou em qualquer outro local a nível Nacional. Pretendiam pois alertar e incentivar as pessoas para tomadas de posição relativamente àquelas situações.

---O Presidente da Assembleia afirmou que se os membros não se importassem ele teria algo a pronunciar sobre aquela moção até porque em termos da sua atividade profissional lhe dizia diretamente respeito.

---Nesse sentido, até gostava de votar a favor da moção se nela não constasse o ponto número três onde referia que existiam várias turmas no Concelho de Tavira onde a legislação não estava a ser cumprida. Tinha sido formulada ao Membro proponente uma questão concreta sobre o estudo que estava a ser elaborado, cujo Membro tinha respondido que ainda estavam a reunir os dados. Assim, aconselhava a que primeiramente elaborassem o estudo e depois apresentassem a moção já que no Agrupamento por si dirigido não existia qualquer turma naquelas condições e todos os professores do ensino especial se deslocavam a todas as escolas do agrupamento para acompanhar os alunos, apesar de ser, seguramente, um agrupamento que tinha mais alunos com necessidades especiais do que a maioria das escolas do país, e portanto, se lhe dissesse que aquela situação se aplicava em muitas escolas do país, provavelmente estaria de acordo, mas referir que se aplicava a várias turmas do Concelho de Tavira, causava-lhe grandes reservas até porque apenas existiam dois agrupamentos em Tavira e com certeza num deles não existia nenhuma naquelas condições.

---O Membro Antero Romeira referiu que sendo ele pai de uma menina com deficiência auditiva que tinha frequentado o primeiro ciclo até ao terceiro ano em Tavira e que presentemente estava em Faro apenas por existirem mais condições devido ao facto de se tratar de um agrupamento especializado, queria também ali referir, e apesar de ser oposição considerava que não deviam apenas criticar porque pertencendo ele ao grupamento de pais de crianças surdas que levam os filhos para Faro com grandes dificuldades concretamente a nível do transporte já que a deslocação em transportes públicos efetuava-se com grandes dificuldades, aproveitava para agradecer à Câmara Municipal de Tavira em

nome dos pais do Bruno, da Débora e da Sara Romeira, a melhoria significativa verificada nos últimos três anos também ao nível do transporte dessas crianças, porque outras, provenientes de outras escolas do Distrito do Algarve continuam a enfrentar grandes dificuldades, o que felizmente não acontecia às de Tavira. Com a ajuda dada tinha sido possível, e quando tinha frequentado a escola em Tavira ao verificar-se que a partir do terceiro ano se tornava necessária a terapia da fala e outro tipo de acompanhamento mais especializados, tinha sido através dos professores do primeiro ciclo que tinha sido conduzida àquela escola em Faro, tendo mesmo sido quem tinha tratado de tudo. _____

----Para concluir referiu que não tinha conhecimento sobre as dificuldades existentes, pelo que, concordava com o Presidente da Assembleia no sentido de que só após a elaboração de um levantamento seria possível verificar. _____

----O Membro Brandão Pires mencionou que não tinha percebido se o Membro do BE estava ou não disponível para alterar o ponto número três referido pelo Presidente da Assembleia ou se pretendia manter a moção tal como estava. Se o ponto fosse para manter, considerava que a bondade e o espírito que a moção revelava seria, pelo menos, para que a bancada do PS se abstivesse, pois tinha um caráter geral que, de facto, não se aplicava a Tavira. Contudo se o ponto número três fosse retirado, eventualmente votariam a favor, sendo que a decisão seria do proponente. _____

----O Membro Artur Sanina referiu que como ali tinha sido referido a essência da moção era a tentativa de chamar à atenção para os problemas que o ensino estava a atravessar pelo que não tinha qualquer problema em prescindir do ponto número três e independentemente do trabalho que estavam a realizar e do levantamento, a primeira aposta que tinham feito tinha sido a de continuarem a informar as pessoas do trabalho que estavam a realizar, constituindo aquela uma das primeiras promessas, de apresentarem na Assembleia Municipal todos os problemas que verificassem existir e manifestassem naquele Órgão as suas preocupações, sendo por isso, mesmo retirando o ponto número três, uma chamada de atenção em termos do Ministério e das pessoas responsáveis pela educação. _____

----Para terminar disse que era sensível àquele problema até porque tinha contribuído para a formação de uma CERCI – Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos com Incapacidades e tinha trabalhado durante oito anos com crianças deficientes, pelo que sabia perfeitamente das dificuldades por que elas passavam e que atualmente estavam a passar. Concluiu afirmando que não tinha qualquer objeção a que o ponto número três fosse retirado. _____

----O Presidente da Assembleia indagou se existia mais alguma questão. Acrescentou que pensava que retirar o ponto número três da moção exigia que se alterasse parte da deliberação por esta referir *“Exigir ao Ministério da Educação e ao Ministério das Finanças que cumpram a lei e autorizem a divisão de turmas irregularmente constituídas...”* sobre o que reiterava que aquela situação se aplicava em muitas escolas do país que ele próprio conhecia, mas ao retirar a referência a Tavira talvez perdesse um pouco o sentido, porém o proponente tinha referido que retirava o ponto número três, pelo que ficava apenas com quatro pontos. _____

---Colocou a moção a votação que foi aprovada por maioria com dezassete votos a favor, dois votos contra e oito abstenções. _____

---Referiu que passava à leitura da terceira moção relativa à defesa do setor da restauração. _____

---“Defesa do setor da restauração. _____

---Considerando que: _____

---1. *As atuais dificuldades do setor da restauração decorrem da crise económica que o país enfrenta e que foram agravadas pelo brutal aumento da taxa do IVA dos treze para os vinte e três por cento, alteração introduzida pela Lei do Orçamento de Estado de dois mil e doze.* _____

---2. *O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda considera que o “aumento da taxa do IVA na restauração confere um «sabor» de injustiça.* _____

---3. *O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda afirma que “Volvidos quase dois anos da sua entrada em vigor, são cada vez mais evidentes as consequências negativas da sua aplicação, e cada vez mais aqueles que sentem a urgência na sua redução, tendo sido tornado público muito recentemente, que de entre os membros do Governo há mesmo quem não compreenda a «teimosia» de alguns (poucos) em manter este quadro de imposição da taxa de vinte e três por cento de IVA aplicada à restauração”.* _

---4. *“As insolvências no setor da restauração sucedem-se em crescendo desde dois mil e doze, e a julgar pelas confidências de inúmeros empresários ainda «resistentes», mas em desespero, o setor passa por uma «agonia» generalizada, crescendo de dia para dia o endividamento das empresas, prevendo-se um cenário de agravamento e de encerramentos nos próximos meses, o que afetará também a atratividade da oferta turística local”.* _____

---5. *O concelho de Tavira tem sido particularmente afetado por esta situação, com consequências diretas na oferta turística local e reflexos noutros setores de atividade conexos, estimando-se que estejam a ocorrer perdas médias de cinquenta por cento no volume de negócios das empresas locais de restauração. Muitos estabelecimentos de restauração não conseguiram fazer refletir o aumento da taxa de IVA nos preços ao consumidor.* _____

---6. *O grupo Municipal do Bloco de Esquerda aponta o facto de Portugal ser “o quinto país com maior taxa de IVA no setor da restauração da União Europeia, o que afeta a atratividade externa da oferta turística nacional, levando a uma pressão para o «esmagamento» dos preços. A título de exemplo, note-se que em Espanha a taxa do IVA no setor da restauração é de dez por cento, e na Irlanda ocorreu o mesmo, uma redução da taxa de IVA neste setor, passando dos treze e meio para nove por cento, o que teve reflexos positivos ao nível económico e social.”* _____

---7. *A Assembleia Municipal de Tavira reunida no dia vinte e sete de dezembro de dois mil e traze, aprova uma moção em Defesa do Setor da Restauração a ser enviada à Ministra das Finanças, ao Ministro da Economia e ao Ministro da Solidariedade e Segurança Social onde os deputados municipais de Tavira manifestam a sua preocupação com a situação económica e social que se vive no setor da restauração e apontam como urgente a reposição da taxa do IVA no setor da alimentação e bebidas*

nos treze por cento e a adoção de medidas que permitam responder às necessidades atuais do setor, sobretudo ao nível do financiamento e do acesso ao crédito.” _____

---O Membro Brandão Pires referiu que concordava com o teor daquela moção pois considerava que em sede de IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado, a recuperação, o aumento das receitas do Estado, passavam muito pelo IVA, pelo que, na sua opinião e de um ponto de vista criterioso, existiam atividades, produtos em que o IVA devia ser aumentado, considerando que seria aceitável a criação de um IVA especial para produtos de luxos, todavia existiam outros, outras atividades, outros produtos, nomeadamente a restauração, que se encontravam no limiar da sobrevivência e que eram dos poucos setores económicos que ainda mantinham uma linha de proximidade e que não estavam sujeitos à lógica das grandes cadeias sendo fortemente criadores de emprego e que o atual aumento do IVA conduzia à insolvência de grande parte das empresas de restauração e à perda de muitos postos de trabalho. _____

---Continuou mencionando que daquele ponto de vista concordava com o teor da moção pois considerava que o Governo deveria fazer um esforço maior, mais profundo e trabalhar o IVA. Não o chocava que produtos como os “tablets” que se tinham vendido aos milhares no presente Natal, tivessem uma taxa agravada de IVA tal como outros, sendo assim possível obter o mesmo nível de receita de impostos indiretos com um trabalho mais profundo. No caso da restauração era favorável a que o IVA não fosse aumentado e portanto, em princípio, iriam votar favoravelmente. _____

---O Presidente da Assembleia perguntou se alguém pretendia colocar alguma questão. Colocou a moção a votação que foi aprovada por maioria de dezassete votos a favor, três votos contra e sete abstenções. _____

---Passou a palavra ao Membro José Graça para que apresentasse o Voto de Congratulação. _____

---O Membro José Graça procedeu à leitura do mesmo. _____

---“Voto de congratulação. _____

---*O Município de Tavira foi oportunamente selecionado pelo Governo de Portugal para ser a comunidade representativa da Candidatura Transnacional da Dieta Mediterrânica a Património Cultural Imaterial da Humanidade, envolvendo agora também o Chipre e a Croácia, na partilha e valorização de um património civilizacional comum às margens do Mare Nostrum.* _____

---*A Dieta Mediterrânica tem origem no termo grego “dáita” que significa estilo de vida, ultrapassando claramente as fronteiras da gastronomia e das formas de preparação dos produtos do campo, da serra e do mar.* _____

---*Ao longo dos últimos três mil anos, em torno da bacia do Mediterrâneo, sociedades humanas desenvolveram um estilo de vida, transmitido de geração em geração, o qual integra conhecimentos diversos, sistemas e técnicas de produção agrícola, de navegação e pescas, rituais simbólicos, festividades cíclicas, sociabilidades e convivialidades e um modelo alimentar equilibrado e saudável reconhecido pela UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura,*

em dois mil e dez, abrangendo então Espanha, Itália, Grécia e Marrocos, e pela Organização Mundial de Saúde. _____

---Considerando o trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal de Tavira na preparação e apresentação oficial da Candidatura, nomeadamente através da participação ativa e empenhada da Rede de Museus de Tavira, que aprofundou todo o trabalho de aprendizagem e a apreensão pela comunidade das múltiplas dimensões deste património concretizado ao longo de exposições tão significativas como “Tavira, Território e Poder”, “Tavira, Patrimónios do Mar”, “Cidade e Mundos Rurais” ou “Dieta Mediterrânica – Património Cultural Milenar”, que ultrapassaram os espaços físicos e alargaram-se ao território envolvente e captaram a atenção participativa de milhares de cidadãos nacionais e estrangeiros. _____

----Considerando o envolvimento de todas as entidades representadas na Comissão Inter-Ministerial que acompanhou e dinamizou a Candidatura, abrangendo dois Governos Constitucionais, bem como as inúmeras declarações de apoio das mais variadas instituições locais, regionais e nacionais que foram formalizadas ao longo do processo, nomeadamente através da sua participação na primeira Feira da Dieta Mediterrânica, bem como na aprovação de uma moção na sessão de fevereiro desta Assembleia Municipal e de uma Resolução da Assembleia da República, ambas por unanimidade. _____

----Sublinhando o enorme potencial que esta Classificação representa para o crescimento exponencial da visibilidade internacional de Tavira e do Algarve enquanto destino turístico completo e sustentável, no qual o património imaterial é preservado em paralelo com o património natural e edificado, garantindo uma oferta de excelência ímpar em termos regionais e nacionais e promovendo a partilha da nossa herança comum com as gerações futuras, representando uma oportunidade única para a projeção além-fronteiras de Tavira e de Portugal. _____

----Considerando que esta Classificação permitirá a atualização do inventário do Património Cultural Imaterial da região e o estabelecimento de um Plano de Salvaguarda com medidas concretas de proteção e valorização, que irá certamente dar um impulso renovado às extraordinárias potencialidades de Tavira, do Algarve e de Portugal. _____

----Considerando a aprovação por unanimidade e a aclamação de uma moção de apreço e regozijo pela obtenção desta distinção internacional, na primeira sessão do presente mandato pela Assembleia Intermunicipal do Algarve, sendo a primeira vez que a região vê o seu património reconhecido pela UNESCO. _____

----Neste sentido, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em vinte e sete de dezembro de dois mil e treze, delibera: _____

----1. Congratular-se publicamente com a classificação da Dieta Mediterrânica como Património Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO e felicitar o empenhamento ativo e liderante da Câmara Municipal de Tavira na organização do processo e na sua formalização junto das instâncias

internacionais, tal como as demais instituições representadas na Comissão Interministerial da Dieta Mediterrânica. _____

---2. Recomendar ao Governo da República a preservação deste património milenar e sua valorização através de políticas nos domínios da cultura, saúde alimentar e turismo, entre outras, bem como através da promoção de ações coordenadas entre os sete países que passam a ser os guardiões da Dieta Mediterrânica, nos termos propostos pela Assembleia Intermunicipal do Algarve. _____

---3. Dar conhecimento da deliberação que recair sobre esta proposta às seguintes entidades: Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro-Ministro, Ministérios e entidades públicas e privadas, representados na Comissão Interministerial, Presidente da Câmara Municipal de Tavira, Presidente do Conselho Executivo e Primeiro-Secretário da Comunidade Intermunicipal do Algarve, Presidentes das Câmaras e Assembleias Municipais do Algarve e Grupos Parlamentares da Assembleia da República; e, _____

---4. Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta, para conhecimento e divulgação, aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais.” _____

---O Membro João Carvalho questionou se através do Presidente da Câmara seria possível saber mais detalhes sobre a Feira da Dieta Mediterrânica e o que se pretendia com a mesma porque sendo consensual que todos gostavam da comida da Dieta Mediterrânica, o que iria ser efetuado naquele sentido. _____

---O Presidente da Assembleia sugeriu que provavelmente o Presidente da Câmara iria referir-se à Feira da Dieta Mediterrânica nas Grandes Opções do Plano, mas caso o entendesse poderia esclarecer.

---O Presidente da Câmara disse que podia esclarecer algo sobre o assunto. Iria realizar-se uma segunda Feira da Dieta Mediterrânica bem como um conjunto de outras atividades em termos do Plano de Salvaguarda. Presentemente tinham um conjunto de obrigações para manter e salvaguardar aquele património sendo que para tal tinham previsto e, seguramente iriam obter o apoio de um conjunto de entidades nacionais como o Turismo de Portugal, a CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, associações empresariais regionais e certamente locais para poderem definir qual o caminho no sentido de “*lapidar um diamante*” que tinham conquistado e que carecia de uma sequência que seria um plano de atividades que teria que ser avaliado. A CCDR dispunha de verba para a Câmara se candidatar sendo também nessa lógica que entenderiam um conjunto de atividades para o Plano de Salvaguarda. _____

---Pretendiam que a Feira da Dieta Mediterrânica fosse um grande evento, maior e algo diferente da primeira Feira que tinha sido realizada a título experimental, e que deveria realizar-se nos finais do mês de agosto, início de setembro. O modelo tinha ainda que ser definido e trabalhado também com os parceiros como o Turismo, a CCDR e a comunidade local, pois era fundamental que a comunidade local se envolvesse, como era o caso da restauração e comércio por forma a tornar possível a realização da segunda Feira da Dieta Mediterrânica, a primeira após a atribuição do título de

Património Imaterial da Humanidade, pelo que teria que ser bem trabalhada, atrativa e bem-sucedida possibilitando uma sequência com a terceira Feira da Dieta Mediterrânica, tornando esta Feira num grande evento. _____

---O Presidente da Câmara continuou referindo que, obviamente gostariam de ter presentes os parceiros internacionais, pois como os membros sabiam existiam mais seis países que poderiam ter alguns stands na Feira para efetuar uma mostra mais abrangente do significado da candidatura, todavia tratava-se de um trabalho que ainda estava por fazer. _____

---Mencionou que a ideia seria a de manter a Feira, ainda iriam definir o modelo, discuti-lo, receber os contributos e apoios para que pudessem realizar um evento de qualidade e para além desse todo o conjunto de eventos que tinham para o verão que não seriam despendidos sendo também uma forma de posicionarem Tavira, com os eventos nas freguesias e na cidade e todas as festas e romarias que, seguramente, iriam continuar a apoiar porque o património de Tavira não se constituía apenas com a Feira da Dieta Mediterrânica. Porém era importante realizarem um evento que justificasse o património da Dieta Mediterrânica e que atraísse muito público, cuja capacidade já tinham percebido, não apenas através da gastronomia mas da valorização dos produtos tradicionais que considerava que poderiam ter um impulso de reconhecimento. _____

---Para terminar referiu que se tratava de um trabalho que tinham que começar a executar sendo que o grande desafio começava naquele momento pois tinham estado dois anos e meio a preparar a candidatura, e constituía também um grande desafio para toda a comunidade e, obviamente para a Câmara Municipal. _____

---O Presidente da Assembleia perguntou se algum membro pretendia pronunciar-se sobre o voto de congratulação relativamente ao qual o Presidente da Câmara já tinha referido algumas questões em resposta ao Membro João Carvalho. _____

---Colocou o voto de congratulação a votação que foi aprovado por unanimidade. _____

---Informou que se encontravam no período antes da Ordem do Dia e que iria passar a palavra ao Membro Artur Sanina. _____

---O Membro Artur Sanina referiu que apenas pretendia formular duas questões para tirar duas dúvidas que tinha. A primeira era relativa ao facto de na sessão de sete de novembro ter sido ali constituída uma Comissão de Representantes para tratamento do Regimento que tinha sido aprovado na generalidade por unanimidade. Após ter dialogado com alguns membros daquela Assembleia Municipal sobre o andamento do processo tinha tomado conhecimento que o Presidente da Assembleia Municipal tinha remetido o documento proposto para os serviços jurídicos da Câmara Municipal por forma a verificarem se existia alguma incompatibilidade quanto ao texto que a Comissão tinha proposto após aquela sessão. Estranhava o facto de até àquele momento nada ter sido referido sobre a apreciação jurídica daquela Comissão de Representantes relativamente ao texto apresentado. _

---A segunda questão pretendia formulá-la ao Presidente da Câmara pois tendo tomado conhecimento da preocupação dos pescadores de Tavira, gostava de saber qual era o ponto de situação relativo ao Porto de Pesca, em que fase se encontrava tendo inclusivamente tido a intenção de apresentar uma moção para que a Assembleia Municipal tomasse uma posição relativamente ao Porto de Pesca de Tavira e, simultaneamente questionava relativamente ao salva-vidas, pois já se tendo iniciado negociações com o Comandante do Porto tinha ficado assegurado que até ao início do verão apenas seria assegurada uma equipa de tripulação. Questionava se as negociações iriam continuar e informava que através da Assembleia da República o BE também tinha formulado a questão ao Governo de modo a que a Deputada do BE tomasse conhecimento da posição relativa àquela questão pois também pretendiam dar uma satisfação aos pescadores. _____

----O Presidente da Assembleia referindo-se à primeira questão relativa ao pedido de parecer jurídico sobre as questões levantadas, informou que entretanto a Assembleia tinha recebido um requerimento do representante do CDS-PP – Partido Popular quanto aos Grupos Municipais cuja questão também estava relacionada. Também tinha sido solicitado parecer jurídico sobre aquela questão cujo parecer tinha sido recebido há cerca de quinze dias. Devido às festas natalícias, ao facto da representante do PSD – Partido Social Democrata, Muriel Dias se ter ausentado, tinha considerado que seria complicado reunir naquela altura. Todavia o que podia adiantar era que relativamente à proposta apresentada sobre os Grupos Municipais não era favorável ao requerente por o parecer jurídico não considerar que um Grupo Municipal possa ser constituído apenas por uma pessoa. _____

----Informava que, seguramente, na Assembleia Municipal a realizar no mês de fevereiro teriam a versão final do Regimento e, entretanto, no início de janeiro após o término do período de festas, a Comissão iria reunir, discutir, contrapor os pareceres jurídicos que ele tinha solicitado junto do Gabinete Jurídico da Câmara Municipal pois não dispunha de outro, dado a Assembleia Municipal não dispor de um Gabinete Jurídico. Aproveitava ainda para informar que relativamente ao parecer sobre os Grupos Municipais iria, na segunda-feira seguinte, fazer chegar a resposta ao requerente. _____

----Quanto às outras questões, não se tinham levantado grandes dúvidas sendo certo que a grande dúvida residia nos Grupos Municipais. Acrescentava ainda que tinha reparado que nas moções apresentadas constava como sendo em nome de Grupo Municipal e a verdade era que os pareceres jurídicos não apontavam nesse sentido, contudo essa matéria seria objeto de reunião da Comissão que tinha sido criada para o efeito, já na posse dos pareceres jurídicos, pelo que, se os intervenientes assim o pretendessem poderiam apresentar outros pareceres. _____

----Passou a palavra ao Presidente da Câmara para a resposta à segunda questão. _____

----O Presidente da Câmara reforçou que a primeira questão estava resolvida e que os pareceres já se encontravam em posse do Presidente da Assembleia. _____

----Quanto à segunda questão pretendia dizer que tinha realizado alguns contactos sobre a barra, a questão do Porto e do salva-vidas, tal como o Porto de Pesca. Após conversações com o Comandante

do Porto também tinha a garantia de que até ao verão a questão estava salvaguardada pois ainda não existia qualquer decisão, embora se tivesse realizado um conjunto de conversações não existia uma decisão definitiva sobre a questão, pelo que, considerava necessário manter a pressão para que houvesse algum bom senso no sentido do salva-vidas permanecer em Tavira evitando daquela forma a ocorrência de alguma desgraça. _____

---Relativamente ao Porto de Pesca encontra-se na mesma situação, para adjudicação por parte do Governo. O que podia acrescentar era que na próxima Assembleia Municipal estaria em condições de informar concretamente sobre o ponto de situação, já que tinha solicitado uma reunião com o Secretário do Estado do Mar, Pinto de Abreu, que se encontrava agendada para o dia quinze de janeiro próximo, cuja hora ainda desconhecia embora já soubesse que seria durante a manhã. Já tinha remetido a agenda da reunião sendo que um dos pontos a tratar era o Porto de Pesca de Tavira, o molho nascente da barra de Tavira, a questão do Polis relacionada com o Cais das Quatro Águas e, supunha, que a questão do salva-vidas que não sendo propriamente uma questão da competência do Secretário do Estado do Mar, obviamente, poderia como membro do Governo exercer alguma influência, pois tratava-se de uma questão mais relacionada com a área da defesa. _____

---O Membro Brandão Pires disse que apenas para concluir aquele ponto e não sendo propriamente uma novidade, não queria deixar de abordar a questão para memória futura. Estava no IPTM - Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P. há cerca de quatro anos, e considerava que tinham conseguido, em tempo record, mobilizar todo aquele processo, conseguido as verbas necessárias para a realização do Porto de Pesca, proceder ao lançamento do concurso e analisar as propostas. Tinha sido nomeado presidente do júri daquele concurso, elaborado o relatório final, a quem devia ser adjudicado e entregue o processo do Porto de Pesca ao Governo. Como o Presidente da Câmara já tinha referido, aquele processo estava para decisão há cerca de dois anos, altura em que lhe tinha perdido o rasto. _____

---Do ponto de vista do PS a entrega do processo do Porto de Pesca não se devia apenas a eles pois até tinha que enaltecer o anterior Presidente da Câmara, Macário Correia, que muito tinha lutado pelo Porto de Pesca, tendo inclusivamente sido ele a desencadear o processo, e o terreno municipal, onde este se deveria localizar, sido cedido ao IPTM por sua iniciativa. O IPTM para efeitos do Porto de Pesca tinha conseguido mobilizar verbas do PIDDAC - Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central para liquidar a obra. Concluiu reafirmando que o processo estava pronto para iniciar a obra. _____

---O Membro José Alberto Correia referiu que considerava muito importante que os membros aproveitassem e soubessem de viva voz, pelo que tendo a felicidade de terem uma Deputada nacional ali presente naquela Assembleia, Elsa Cordeiro, do ponto de vista das sinergias que deviam existir para o bem da cidade de Tavira que ultrapassava os bens partidários, gostava de saber se, naturalmente, do

ponto de vista do PSD o assunto estava a ser bem conduzido, já que estava no Governo. Esperava que a Deputada tivesse escrito uns bons ofícios. _____

---O Membro Carlos Rodrigues informou que a Junta de Freguesia de Santa Luzia tinha criado um Gabinete de Apoio à Família tendo-se candidatado a um prémio a nível nacional, o prémio Socialgest e, não sendo aquele um prémio à dimensão da Dieta Mediterrânica era à dimensão da Junta de Freguesia de Santa Luzia e do qual tinha consigo uma cópia do certificado. O Gabinete de Apoio à Família de Santa Luzia tinha conquistado o primeiro lugar tendo a Câmara Municipal de Guimarães obtido o segundo e a Câmara Municipal de Paredes o terceiro, pelo que considerava uma honra, um privilégio para o Concelho de Tavira e para Santa Luzia a conquista daquele prémio. _____

---Continuou referindo que pretendia agradecer à Câmara de Tavira, ao seu Presidente, Vereadores e todos os que tinham apoiado as comemorações do Natal que tal como tinha referido na Assembleia anterior, o Natal tinha sido em Santa Luzia. Tinha ali uma imagem do que tinha sido uma verdadeira enchente na Vila Natal em Santa Luzia, pelo que reiterava os agradecimentos à Câmara pela cedência do palco, dos pavilhões e do PA porque sem esse apoio não teria sido possível a realização do evento, nem a Junta de Freguesia teria tido capacidade económica para alugar toda aquela logística. _____

---Querida ainda agradecer a todos os que os tinham apoiado com alguns subsídios por forma a fazerem face aquela que tinha sido uma grande festa que se tinha realizado em Santa Luzia, podendo afirmar que também tinha constituído uma mais-valia para Tavira porque as pessoas que se tinham deslocado do Olhão, de Faro, de Vila Real de Santo António e outros locais também se tinham deslocado a Tavira pois parecia-lhe que Santa Luzia ainda pertencia ao Concelho de Tavira, pelo que as pessoas diziam que se tinham deslocado a Tavira. _____

---Pretendia abordar outros assuntos e algumas situações que o tinham preocupado deixando-o algo apreensivo, começando a sentir, não podia dizer que fosse descrença, mas com tão pouco tempo, algum mal-estar com a situação que se estava a criar à volta da Freguesia de Santa Luzia que como já tinha referido, também pertencia ao Concelho de Tavira. Fundamentava o que tinha mencionado com o facto de ter efetuado no dia vinte e dois de novembro um pedido à Câmara Municipal de cinquenta pavês de formato “1” grego para colocar na zona circundante dos apoios de pesca. Os pescadores de Santa Luzia tinham os apoios de pesca que já tinham bastantes anos pelo que, naturalmente se iam degradando abrindo um conjunto de buracos. Assim, tinha mandado efetuar um levantamento das necessidades e solicitado à Câmara cinquenta pavês para tapar alguns buracos existentes. Tinha ficado espantado ao receber a resposta da Câmara que dizia não ser possível a cedência daquele material dado terem em pouca quantidade e necessitarem do mesmo para as reparações já agendadas. _____

---Afirmava que como o Presidente da Câmara e Vereador José Manuel Guerreiro sabiam, a Câmara de Tavira possuía paletes de pavês em armazém tal como uma Junta de Freguesia também possuía paletes em armazém ou no estaleiro. Não se referia a uma paletes mas sim milhares de pavês que ele tinha solicitado em segunda mão e que tinham sido retirados de um pequeno jardim da Atalaia que

tinha sido arrelvado. Assim, tinha ficado magoado e triste com a resposta que a Câmara lhe tinha dado. _____

---No dia vinte e quatro de outubro tinha dirigido um pedido à Câmara Municipal de Tavira no sentido de cederem doze latas de tinta branca e duas de tinta amarela. A exemplo da Câmara, a Junta de Freguesia de Santa Luzia também estava obrigada à lei dos compromissos, pelo que tinha solicitado a tinta para pintar as EB – Escolas Básicas nº 1 e 2 cujo edifício da frente, que ainda era propriedade da Câmara sendo o edifício de trás a sede da Associação Almadrava e do Clube Recreativo Santaluziense relativamente ao qual existia um protocolo entre a Câmara Municipal de Tavira, a Associação Almadrava e o Clube no sentido de serem os últimos os responsáveis pela pintura do edifício. No edifício da frente funcionava o ABL – Aprender Brincar e Ler cedido pela Câmara à Associação Centro Comunitário Âncora sendo por isso responsabilidade da Câmara. Portanto, normalmente a Junta de Freguesia procedia à pintura e a Câmara sempre, e já era Presidente de Junta há oito anos, tinha dado a tinta para que procedessem à pintura daqueles edifícios que pertenciam à Câmara. _____

---Era pois uma situação idêntica caso solicitasse o arranjo de um camião pequeno, uma motorizada tipo “papa-reformas” nas oficinas da Câmara, ir-lhe-iam solicitar o material necessário, por exemplo, o óleo, os calces de travão ou o que fosse necessário, pois sendo o veículo propriedade da Junta de Freguesia a Câmara não podia adquirir os materiais podendo apenas colocar a mão-de-obra para a sua reparação. A escola estava a necessitar de pintura, pelo que a Junta de Freguesia tinha procedido à pintura de EB nº 1, frequentada por crianças de Santa Luzia, Tavira e arredores, tendo por isso muitos alunos que não eram de Santa Luzia, cujos pais consideravam ser a escola adequada para os filhos por se tratar de uma grande escola, com grandes pedagogos e grandes condições. Quanto à resposta da Câmara iria ler apenas a parte final do texto que também atestava que a EB nº2 servia de sede ao Clube Recreativo Santaluziense e à Associação Almadrava e que existia um protocolo. Por fim o texto dizia: *“Por sua vez a proposta da Câmara nº 27/2013 – Transferências às freguesias no âmbito da delegação de competência para 2013 também não prevê a transferência de valores em espécie, somente em dinheiro e combustível, pelo que não está prevista a entrega de tintas ou quaisquer outros materiais à Junta de Freguesia.”* _____

---Referiam-se à Junta, pelo que considerava que era a de Santa Luzia pois não referiam às Juntas de Freguesia e sim à Junta. Aquela situação parecia-lhe semelhante à situação das candidaturas dos presidentes de Câmara e Juntas com a questão do “de” ou do “da”, pelo que se fosse “de” Câmara não se podiam candidatar, se fosse “da” Câmara referia-se apenas àquela. Considerava pois aquela resposta semelhante sendo que como era à Junta de Freguesia se referia apenas àquela. Quanto àquela questão queria apenas fazer o reparo de que não tinha solicitado nada para a Junta de Freguesia de Santa Luzia pois tinham pintado a escola, gasto verba da Junta num edifício que pertencia à Câmara Municipal que desde sempre tinha cedido a tinta, sendo que apenas tinha solicitado a sua reposição dado necessitar dela para efetuar outras pinturas. _____

---O Membro Carlos Rodrigues continuou a sua intervenção mencionando a situação de um abrigo de pescadores localizado entre a lota e as casas de banho cuja madeira estava podre estando este a cair. Os pescadores tinham-no alertado para a situação até porque o abrigo de pesca estava cada vez mais inclinado e certamente iria acabar por cair, desejando ele que não ferisse ninguém. Desde o ano de dois mil e onze que vinha a solicitar que o mesmo fosse reparado ou retirado. Em trinta e um de outubro do corrente ano tinha remetido um ofício à Câmara solicitando ajuda para que esta intercedesse junto do IPTM, para onde tinha reenviado em anexo um ofício assinado pelo Vereador do Desporto, Ambiente e Equipamentos para que este Instituto resolvesse a situação que não era da responsabilidade da Câmara mas sua. No dia dois de dezembro tinha recebido um correio eletrónico cujo teor passava a ler: *“Vimos pelo presente informar que na sequência do nosso ofício”,* que tinham anteriormente remetido ao IPTM, *“ nos foi comunicado telefonicamente por aquela entidade que não irá avançar com qualquer intervenção devido à falta de verba para o efeito”*. Considerava que não era correto que a resposta tivesse sido dada telefonicamente. _____

---Há algum tempo atrás, tinha solicitado, ao Diretor do IPTM, Brandão Pires, em nome da Junta de Freguesia de Santa Luzia, cujo ofício deveria estar arquivado naquele Instituto, autorização para que fosse a Junta de Freguesia a retirar o apoio de pesca cuja madeira entregariam ao Instituto para que pagassem à ALGAR – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA a sua remoção pois considerava que não deveria ser a Junta a suportar aquela despesa. Esta questão ainda o entristeceu mais porque se ocorresse ali um acidente ninguém seria responsável e, certamente, o acusado seria o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Luzia que nada tinha feito no sentido da sua remoção mas se o fizesse, estaria a agir contra o IPTM, se não o fizesse seria o responsável em caso de acidente. _____

---Pretendia abordar mais dois pequenos assuntos. Anteriormente tinha-se referido àquele certificado que estava apenso ao prémio atribuído ao Gabinete de Apoio à Família para o qual tinha sido criada uma pequena sala com as condições mínimas para que duas psicólogas, uma socióloga e uma assistente administrativa pudessem desempenhar as suas funções. Como as verbas disponíveis não abundavam, sendo cada vez menores, a exemplo do que provavelmente acontecia em todas as Juntas de Freguesia e Câmara Municipal, e tendo conhecimento de que existia guardado em armazém algum mobiliário usado, por este ter sido substituído há algum tempo atrás por mobiliário novo, tinha tido a infeliz ideia de pedir à Câmara Municipal que lhe cedesse uma ou duas secretárias e alguns armários usados que tinham sido retirados da escola para que as funcionárias do Gabinete pudessem organizar algum arquivo e dar-lhes condições mínimas de trabalho. Reforçou que tinha pedido mobiliário velho e usado e que pessoalmente sabia que existia e onde estava guardado, sendo que se fosse necessário mostraria o existente, abandonado e, certamente, para descartar, e como resposta tinha recebido a informação de que a Câmara Municipal *“não possui mobiliário disponível para ceder, pelo que não nos é possível apoiar no solicitado”* o que o tinha deixado profundamente indignado. _____

---O Membro Carlos Rodrigues continuou referindo-se a uma obra que pretendiam executar e que se tratava da recuperação de um barco que era património da Freguesia de Santa Luzia. A Freguesia não era muito rica em património turístico ou cultural porque sendo uma vila relativamente recente não tinha castelos ou grandes valores históricos, razão pela qual, tinham entendido recuperar um barco chamado *“Os Cavalinhos”* que até pensava estivesse referenciado no livro que tinha sido oferecido naquela Assembleia Municipal, mas que estava indicado noutra obra do mesmo autor, Rui Salvé-Rainha, intitulado *“Santa Luzia, de lugarejo a Vila com brasão”* editado há alguns anos. Tinha formalizado um contrato de comodato com o proprietário do barco, pelo que, este pertenceria à Junta de Freguesia por um determinado número de anos. Assim, tinha solicitado apoio à Câmara para a sua restauração mas não tinha conseguido perceber a resposta da Câmara ao informar que não iriam apoiar por o barco ser propriedade particular. _____

---Gostava de saber a quem pertencia a pista e quantos milhares de euros entregava a Câmara ao Ginásio Clube de Tavira para o pagamento da água, da luz e manutenção da pista. Tanto quanto julgava saber a pista era particular, tendo sido alvo de um contrato de comodato entre a Câmara e a Direção do Ginásio Clube de Tavira que era quem geria o espaço, sendo que não jogava lá futebol quem a Câmara pretendesse mas sim quem o Ginásio autorizasse. _____

---Assim gostava que o esclarecessem quanto à diferença entre um e outro contrato de comodato. Não voltaria a solicitar qualquer verba e podia informar que para uma obra de mil e quinhentos euros já tinham conseguido angariar, novecentos, pelo que estavam convencidos que até ao final da obra iriam conseguir angariar o restante e recuperar o barco *“Os Cavalinhos”* para ser colocado em exposição no meio do rio de Santa Luzia a exemplo de um barco que costumava estar no rio Gilão, azul e branco, chamado *“São João”*, que tinha cento e cinquenta e dois anos e era sua propriedade. _____

---Para terminar queria fazer referência ao facto de ser a primeira vez que estando a Câmara a executar uma obra para uma Junta de Freguesia via um cartaz com a inscrição de *“Obra a cargo da Câmara Municipal”*. Quando tinha visto o cartaz e como estava localizado na Escola nº 2 para onde, há quatro anos atrás, lhe tinha sido prometida uma obra para a instalação de uma extensão do Centro de Saúde para que Santa Luzia passasse a ter um médico de família, o que presentemente não acontecia sendo a única Freguesia a não ter médico de família, nem em Santa Luzia nem em Tavira por este ter deixado de ali dar consultas, tinha pensado que finalmente iriam executar a extensão do Centro de Saúde, pelo que dentro de algum tempo passariam a ter médico. Porém, tinha-se apercebido que não se tratava daquela obra e sim da construção de um campo de futevôlei que, embora não fosse uma modalidade federada nem tivesse qualquer clube a praticar aquela modalidade, durante o verão levava bastantes pessoas a Santa Luzia devido à realização de um torneio e de uma etapa do campeonato de futevôlei, sendo que não existia mais nenhum evento daquela modalidade durante o resto do ano. Todavia, a Câmara tinha decidido investir num campo de futevôlei, pelo que esperava que futuramente o Santaluziense viesse a ter uma equipa uma vez que o seu futebol de onze tinha

sido extinto sendo que o Concelho de Tavira deveria ser o único no país, da Europa e quicá do mundo onde não existia futebol de onze porque não existiam apoios nem para o Clube se poder inscrever no INATEL. _____

---Em resposta ao Membro Carlos Rodrigues, o Presidente da Câmara afirmou que primeiramente pretendia refutar completamente a ideia, como parecia transparecer das palavras do Presidente da Junta de Santa Luzia, que esta estava de alguma forma a ser preterida relativamente ao que quer que fosse, sendo apenas o resultado da forma como, a partir do momento em que a nova Lei das Autarquias tinha entrado em vigor, tinham que tratar as questões tendo que ser mais restritivos nas transferências para as Juntas de Freguesias. No atual momento iriam ter que estabelecer um novo protocolo onde iriam constar novas restrições porque, como sabiam relativamente à delegação de competências estabelecida na nova Lei, esta continha um conjunto de novas competências que tinham transitado para as Juntas, pelo que ainda estavam a tratar do articulado da proposta para os novos contratos programa a formalizar com as Juntas de Freguesia por existirem equações que ainda não tinham conseguido resolver. _____

---Tinha anotado todas as situações colocadas, a questão dos pavês, das latas de tinta branca, do abrigo dos pescadores que era competência do IPTM, das mesas e cadeiras para o projeto premiado relativamente ao qual aproveitava para felicitar a Junta de Freguesia. Quanto à embarcação “Os Cavalinhos” reiterava a informação de que não iriam apoiar porque um contrato de comodato não representava um direito de superfície sendo que relativamente à pista do Ginásio o que tinham era um contrato real com direito de superfície. Um contrato de comodato era um contrato de empréstimos não tendo a Câmara o hábito de apoiar bens móveis naquelas situações, contudo considerava bem que a Junta de Freguesia e a sociedade civil de Santa Luzia angariassem o valor de mil e quinhentos euros. Queria ainda referir e apesar de ter registado todas as situações, a Câmara Municipal continuava a cumprir escrupulosamente os protocolos estabelecidos com todas as Juntas de Freguesia e que tinham sido celebrados no início do corrente ano, pelo que no dia certo de cada mês era efetuada a devida transferência, sendo que todos os meses a verba estabelecida nos protocolos celebrados e em vigor era transferida, contudo tinham que verificar a questão dos próximos protocolos. _____

---Informou que ao abrigo do protocolo em vigor, a Junta de Freguesia de Santa Luzia recebia o montante anual de setenta e cinco mil, oitocentos e oitenta e um euros e sessenta e três cêntimos, divididos em duodécimos, correspondendo uma parte a correntes e outra a capital, sendo por isso, todos os meses, transferidos dois cheques para a Junta de Freguesia, cujo valor correspondente ao presente mês também pensava já ter sido liquidado. _____

---Recentemente, também tinham liquidado o valor correspondente às rendas de habitação social referentes ao primeiro semestre, tal como, obviamente os combustíveis e outros que resultavam de um protocolo em espécie que também estavam esgotados. O Presidente da Junta tinha referido a

única viatura de que a Junta de Freguesia era proprietária e que tinha ficado excluída desde o início, aliás como acontecia relativamente a todas as outras Juntas de Freguesia. _____

---O Presidente da Câmara acrescentou ainda que no presente momento todos os procedimentos eram iguais para todas as Juntas pois estavam a restringir em função da nova legislação e porque não existia um protocolo que abrangesse as transferências para as Juntas de Freguesia de modo a poderem enquadrar, à luz dos novos regulamentos, de modo a não cumprirem qualquer informalidade ou questão menos legal. _____

---Quanto aos constrangimentos que estava a sentir e que tinham sido mencionados pelo Presidente da Junta, também todos os outros os sentiam uma vez que estavam a adotar o mesmo tratamento restritivo para todos já que os orçamentos limitados implicavam restrições orçamentais crescentes no final do ano. _____

---Tinha pois anotado as quatro questões referidas concretamente para que pudessem analisar na segunda-feira seguinte e avaliar ou reavaliar melhor aqueles casos concretos que tinham sido respondidos por escrito à Junta de Freguesia. _____

---Relativamente à placa de obra a cargo do Município tinham adotado aquela prática desde há três ou quatro meses, sendo que o Presidente não teria, seguramente, passado quando, na Junta de Freguesia de Santiago, a Igreja de Santiago estava a ser pintada pois estava fixado um placard em cada um dos lados do taipal com a mesma inscrição. As obras de manutenção que estavam a executar eram realizadas por administração direta nas Juntas, pelo que estavam a colocar nos taipais aquelas placas para que as pessoas pudessem identificar quem era o dono da obra, quem estava a executar aquela intervenção. _____

---Para finalizar, depois das justificações prestadas, pretendia felicitar a Junta de Freguesia por ter organizado a Vila Natal que de acordo com o conhecimento que tinha, tinha-se tratado de um evento muito interessante, inovador e Tavira necessitava de eventos como aquele porque tinha tido bastante participação trazendo muitas pessoas ao Concelho, a Santa Luzia e a Tavira. O evento tinha-se realizado no largo e tinha ficado muito bem, pelo que considerava que as boas iniciativas deviam ser valorizadas e a organização felicitada. Felicitava pois, o Presidente e Executivo da Junta e todos os santaluzienses deviam ter orgulho na Vila Natal que, infelizmente, não tinha tido oportunidade de estar presente na inauguração por ter estado ausente do Concelho, mas tinha conhecimento do rotundo sucesso e, por isso, desejava e queria manifestar em nome do Executivo as felicitações ao Presidente da Junta, Carlos Rodrigues, felicitando também pelo prémio da Socialgest cujas fotografias tinha visto e sabia que tinha sido um prémio merecido, com grande disputa o que queria dizer que lhe parecia interessante que as Freguesias, cada vez mais, também enveredassem por projetos autónomos da Câmara Municipal pois tinham estatuto jurídico e a nova Lei das competências apontava no sentido das Juntas de Freguesia se automatizarem, visto dar-lhes competências reforçadas com um conjunto de receitas próprias que sendo da sua competência permitiria que se afirmassem com alguma

autonomia relativamente às Câmaras Municipais. Reiterava os parabéns porque lhe pareciam justos e apesar das reclamações apresentadas pelo Presidente da Junta e que tinha apontado, queria reforçar que nada os movia contra a Junta de Freguesia de Santa Luzia, muito pelo contrario, pelo que iria avaliar, mas não lhe parecia que se verificasse qualquer tratamento diferente em relação às outras Juntas de Freguesia. _____

---O Membro Carlos Rodrigues referiu que antes de mais pretendia agradecer a exposição do Presidente da Câmara e mencionar que tinha ficado mais descansado começando a acreditar que Santa Luzia ou tinha voltado ou nunca tinha deixado de fazer parte do Concelho de Tavira. Acrescentou que não tinha colocado em causa o protocolo de competências nem sequer se referido a ele, apenas tinha falado sobre assuntos pontuais que não estavam relacionados com o protocolo, quanto ao restante reiterava os agradecimentos e afirmava que também não tinha colocado em causa, e tinha-o frisado na sua anterior intervenção, que tanto a Junta de Freguesia de Santa Luzia como as outras Juntas de Freguesia como a Câmara Municipal estivessem a sofrer constrangimentos financeiros. _____

---O Presidente da Câmara também se tinha referido à verba que a Junta de Freguesia de Santa Luzia recebia quer de capital quer corrente, pelo que considerava importante que também referisse se os valores eram idênticos para as restantes Freguesias pois, certamente não constituía um segredo quanto é que a Junta recebia. _____

----O Membro Brandão Pires solicitou a palavra para referir que em bom rigor o Presidente da Câmara não deveria de responder pois considerava que aquelas questões não eram para ser respondidas na Assembleia Municipal. Tal como há momentos atrás não tinha considerado correta a intervenção do seu camarada ao interpelar a Vereadora na qualidade de Deputada, também considerava que naquela Assembleia não deviam de ser tratados assuntos que não estivessem relacionados com a Câmara Municipal. Contudo tinha respondido naquela qualidade, pelo que pretendia responder até porque a situação era confusa e considerava que merecia ser esclarecido o porquê do IPTM não dispor de verba. _____

---De facto, há cerca de dois anos tinha sido decidido pelo Governo que o IPTM iria ser extinto e, para que todos soubessem, o cenário terminal do IPTM iria dar origem à criação de dois organismos, sendo que um deles se destinava à administração do Porto de Sines no que se referia aos portos comerciais, portanto Portimão e Faro, e a Docca Pesca no que se referia aos portos de pesca, infraestruturas de pesca, carreiras e portos de recreio. _____

----Aquela extinção era progressiva, sendo que no ano de dois mil e treze o IPTM seria extinto enquanto unidade orçamental, deixando de dispor de qualquer verba, pelo que existiam duas entidades a liquidar as despesas do IPTM, o IMT- Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP que estava a funcionar a título transitório enquanto não passasse para o Porto de Sines e a DGRM – Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos que ia assegurando as funções enquanto não passassem para a Docca Pesca as funções referentes aos portos de pesca. Sucedia que a

DGRM era uma entidade sem autonomia financeira, uma entidade que para realizar qualquer despesa tinha que efetuar um PLC – Pedido de Libertação de Crédito que tinha que estar informado previamente. No IPTM, durante quatro anos, situações daquela natureza eram maioritariamente resolvidas por telefone, sendo que o Presidente da Junta telefonava a alertar para uma determinada situação e um engenheiro resolvia o problema, pelo que nunca se tinha verificado qualquer questão no uso do telefone. _____

---Presentemente não funcionavam do mesmo modo pois se recebessem um qualquer pedido de despesa, tinham que reportar à autoridade DGRM, como era o caso abordado, que por sua vez devidamente informado, tinha que proceder à libertação do crédito da despesa, o que resultava num processo muitíssimo mais complicado do que no passado. _____

---Aquela situação parecia estranha para o utente pois não compreendia como era possível que algo que estava na eminência de cair, não era resolvido, mas de facto não tinham qualquer verba. A saber, os próprios funcionários por várias vezes tinham tido que recorrer ao seu próprios meios para gasolina e telefones evitando um processo muito moroso. Era pois o que tinha vindo a acontecer no último ano, sendo aquela a justificação e não havendo por isso qualquer animosidade relativamente a Santa Luzia que era uma referência de pesca do Algarve e do Concelho de Tavira e que continuavam a tratar como sempre o tinham feito, todavia a situação do IPTM era substancialmente diferente. _____

---Concluiu reafirmando que não existia verba para rigorosamente nenhum procedimento, sendo por isso extremamente mais lento. _____

---O Membro Carlos Rodrigues reafirmou que tinha solicitado para ser a Junta a dismantelar. _____

---O Membro Brandão Pires referiu que não tinham competência para o decidir apesar de ser uma competência do IPTM. _____

---O Membro Dinis Faísca mencionou que em primeiro lugar pretendia felicitar a Junta de Freguesia de Santa Luzia pelo meritório prémio recebido pelo Gabinete de Apoio à Família. _____

---Em segundo lugar queria dirigir ao Membro Carlos Rodrigues uma palavra de solidariedade e de conforto por o ter sentido algo triste e considerava que deveria de estar mais feliz, sentir-se mais agradecido porque, pelo menos, tinha recebido relativamente aos ofícios remetidos à Câmara Municipal, e de forma rápida, uma resposta, o que já considerava motivo de alegria. _____

---Seguidamente queria também felicitá-lo porque parecia que os ofícios se tratavam de pequenas gralhas que seriam ultrapassadas, segundo as palavras do Presidente da Câmara, o que era bom, à exceção de uma delas que estava relacionada com uma obra em propriedade privada, pelo que calculava, que era compreensível que a Câmara Municipal não executasse obra pública em propriedade privada. _____

---O Presidente da Câmara referiu que existia uma questão imprecisa pois não tinha mencionado a existência de gralhas, sendo que as respostas correspondiam às realidades colocadas em ofícios assumidos pela Câmara e que presentemente, quando houvesse oportunidade, iriam ser revistas por

forma a tentarem solucionar os assuntos. Na altura em que tinham sido respondidos, aquela era a resposta, não se tinham verificado quaisquer gralhas, pelo que não valia a pena entrarem ali na semântica construtiva ou destrutiva porque o que tinham afirmado era a realidade assinada pelo Vereador naqueles ofícios. Tinha mencionado que aqueles quatros pontos iriam ser equacionados para verificarem a possibilidade de serem resolvidos futuramente, proximamente ou no âmbito do novo protocolo, à exceção da obra de “*Os Cavalinhos*”.

---Como o Presidente da Junta tinha indagado sobre quais eram os valores pagos às outras Juntas ele dispunha ali dos números comparativos para que todos pudessem ter conhecimento da decomposição dos valores globais anuais atribuídos às Freguesias.

---A Junta de Freguesia de Santa Luzia recebia setenta e cinco mil, oitocentos e oitenta e um euros e sessenta e três cêntimos.

---A Junta de Freguesia de Cabanas recebia um valor inferior, sessenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e três euros e trinta cêntimos.

---A Junta de Freguesia de Santo Estevão também recebia menos, sendo o valor, sessenta e nove mil, novecentos e oitenta e três euros e trinta cêntimos.

---A Junta de Freguesia da Conceição recebia um valor superior em dois mil euros, sendo setenta e sete mil, oitocentos e oitenta e um euros e sessenta e três cêntimos.

---A Junta de Freguesia de Santiago recebia cerca de mil e quinhentos euros a mais num total de setenta e sete mil, trezentos e oitenta e um euros e sessenta e três cêntimos.

---A Junta de Freguesia da Luz de Tavira recebia setenta e seis mil, oitocentos e oitenta e um euros e sessenta e três cêntimos o que correspondia a mais mil euros.

---A Junta de Freguesia de Cachopo recebia oitenta e sete mil, setecentos e setenta e nove euros e noventa e seis cêntimos.

---A Junta de freguesia de Santa Maria recebia noventa e seis mil, cento e setenta e oito euros e vinte e nove cêntimos.

---A Junta de Santa Catarina da Fonte do Bispo recebia oitenta mil, oitocentos e oitenta e um euros e trinta cêntimos.

---Concluindo, e se pretendessem pautar o critério que tinha sido estabelecido há cerca de três anos quando tinha sido decidido por aquele Executivo no anterior mandato, que nenhuma Junta de Freguesia receberia um valor inferior a dez por cento do valor total, sendo que, obviamente umas seriam mais beneficiadas que outras, mas podia acrescentar que de acordo com aquele critério tinham sido as Juntas de Freguesia de Cachopo, Santa Catarina da Fonte do Bispo e Santa Maria que tinham sido as mais prejudicadas pois tinham tido que deslocar verba destas Freguesias para Santo Estevão que apenas tinha sete por cento, tendo passado para dez. Santa Luzia tinha ficado com onze por cento do valor total e aquela distribuição não estava relacionada com a dimensão territorial, quilómetros quadrados, com a expressão geográfica e outras. A distribuição atual cujo valor estavam a cumprir

integralmente resultava do critério que tinham assumido que, obviamente, era relativo ao presente protocolo em vigor até ao corrente mês. _____

---Para terminar, o Presidente da Câmara referiu que apenas respondia porque o Presidente da Junta tinha pretendido fazer, o que considerava, uma manifestação de que teria realizado tudo com poucas verbas, mas a verdade era que a distribuição das verbas totais era muito idêntica e existindo um protocolo já há três anos, nunca tinha ocorrido qualquer reclamação. _____

---O Presidente da Assembleia perguntou se havia mais alguma questão no período antes da Ordem do Dia. Verificando que tal não acontecia, informou que iriam iniciar a Ordem do Dia começando pelo ponto número um sobre a apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal relativo à atividade municipal, a quem passava a palavra. _____

---O Presidente da Câmara referiu que como já era habitual ia apresentar a atividade municipal referente aos últimos três meses. _____

---O primeiro diapositivo tratava de uma exposição itinerante patente no Núcleo Museológico Islâmico intitulada *“Ossos que contam história”*. _____

---O segundo diapositivo mostrava imagem da exposição da Dieta Mediterrânica. _____

---Seguidamente informou que tinha sido inaugurada no dia dois do corrente mês, uma exposição no Museu Municipal intitulada *“Memória e Futuro”* para o que convidava todos os presentes a visitar, pois retratava a história de Tavira e, seguramente, a história dos últimos dez anos do Museu Municipal num caminho que considerava que todos os tavirenses deviam de conhecer e que estava interessantíssima. _____

---Continuou informando que se tinham realizado um conjunto de atividades, exposições nas Freguesias com um conjunto de Associações que tinham vindo a apoiar pois existia muito empreendedorismo social e cultural por parte das Associações que com ou sem grandes meios iam concretizando várias manifestações culturais. _____

---O quinto diapositivo retratava a apresentação e celebração de um contrato com a Casa do Povo de Santo Estevão para o projeto *“Viva Mais”* e *“Todos a Mexer”* que constituíam o programa de promoção da atividade física e a criação de gabinetes técnicos que, na prática, até tinha sido alargado a mais duas ou três atividades para além do que vinha a ser realizado de modo a envolver todos naquele protocolo que lhe parecia muitíssimo interessante. _____

---Referiu os projetos *“Todos a Pedalar”* e *“Todos a Caminhar”*. _____

---Passando ao diapositivo seguinte, o Presidente da Câmara, mencionou que o Festival de Pista de Ciclismo tinha sido o evento que tinha marcado o encerramento da época de ciclismo como já era tradicional. _____

---O oitavo diapositivo referia-se ao Cachopo Alive que se ia tornando uma realidade. Tavira tinha uma grande tradição no BTT que cada vez tinha mais praticantes e que constituía mais uma prova a juntar à São Silvestre de Santa Luzia que, como já era tradição, se tinha realizado há alguns dias atrás, _____

as caminhadas, os cicloturismos, os BTT solidários que as Associações iam organizando para o gáudio de muitos. _____

---Depois tinha-se realizado um conjunto de workshops e conferências do que destacava o Congresso de Provérbios que recebia muitos voluntários de todo o mundo através da Associação de Paremiologia para assistir ao Congresso. A Casa Álvaro de Campos tinha realizado um encontro com Teresa Rita Lopes sobre a vida de Fernando Pessoa que movimentava muitos onde também, no final do dia, se tinha realizado um espetáculo. _____

---Não estando relacionado com a cultura, se lhe permitissem, pretendia também mencionar que tinham promovido com o Ativar Tavira, um encontro Luso-Andaluz de empresas e empreendedorismos com o objetivo de estabelecer contatos, proporcionar uma junção, uma networking entre empresas andaluzas e portuguesas. O evento tinha-se realizado em Tavira para criar a possibilidades das empresas se juntarem, estabelecerem relações de negócio e se conhecerem. Tinha sido promovido pela Associação de Empresários Andaluces que tinham retribuído a visita efetuada à Andaluzia com um conjunto de empresários portugueses e que, obviamente refletia o caminho do empreendedorismo. _____

---Seguidamente apresentou um conjunto de mostras de artesanato, a Feira de São Martinho e também gostava de referir a Feira Nacional de Apicultura que, no corrente ano, se tinha realizado no Parque de Feiras e Exposições, promovida pela Melgarbe - Associação de Apicultores do Sotavento Algarvio onde tinham estado presentes cerca de quatrocentos e cinquenta produtores de mel nacionais e obviamente muitos regionais. _____

---O décimo primeiro diapositivo retratava a Banda da Armada que tinha dado um concerto na Igreja do Carmo por ocasião da celebração dos cinquenta anos do Curso "*Miguel Corte Real*". No âmbito da Música nas Igrejas a Orquestra Clássica do Sul tinha dado um concerto que já tinha repetido por ocasião do Natal. Na Casa do Povo de Santo Estevão também tinha havido um concerto. _____

---Os três diapositivos seguintes referiam-se aos passeios e visitas resultantes do trabalho que o Museu ia desenvolvendo com grupos muito participados que cada vez tinham maior aderência, eram muitíssimos interessantes e realizados no âmbito da Dieta Mediterrânica. _____

---O Diapositivo seguinte mostrava imagem da Feira de São Francisco realizada no Parque de Feiras e Exposições. _____

---Quanto à programação de Natal que tinha tido uma grande participação da UAC - Associação para o Desenvolvimento Integrado da Baixa de Tavira que tinha realizado como tradicionalmente, um conjunto de atividades alusivas ao Natal. Quanto à Vila Natal que já tinha destacado e felicitado o Presidente da Junta, tinha sido um evento novo que acrescentava valor à oferta de Natal em Tavira. Gostava também de referir que, no corrente ano, os Bombeiros Municipais tinham construído um Presépio maior e, na sua opinião, com mais qualidade. Referiu ainda o Concerto de Natal da Orquestra Clássica do Sul. _____

---O Presidente da Câmara passou à apresentação do capítulo das obras e urbanismo. _____

---Para iniciar referiu algumas empreitadas que estavam para ser lançadas e outras que estavam a decorrer. Estavam em preparação alguns concursos nomeadamente a Pavimentação do Caminho de São Pedro, o Caminho dos Espanhóis e mais duas ou três ruas em Tavira cuja pavimentação ainda estava para ser executada. Depois, referiu o Troço da Rua Dra. Regina Quintanilha, troço do Centro de Saúde de Cabanas que se encontrava em muito mau estado, pelo que estavam também a preparar aquela intervenção. _____

---Na Rede Social iam proceder a uma intervenção com alguma complexidade numa habitação social.

---Já tinham o caderno de encargos pronto para o lançamento da empreitada de Fuzeta, Vale Covo e Cintados para poderem realizar a primeira fase da obra que não estava a ser fácil. _____

---A empreitada da requalificação das Frentes Ribeirinhas junto à Rua José Pires Padinha era uma obra, com valor previsto de cento e setenta e cinco mil euros, cujo concurso já se encontrava na plataforma. Na prática o objetivo daquela intervenção era o de retirar os veículos junto dos barcos de pesca e de dar outra dignidade ao espaço. _____

---Referiu-se à empreitada do Arco da Capela-Mor da Igreja de São Gonçalves Telmo que orçava em mais de setenta e cinco mil euros a acrescer à intervenção que estava presentemente a ser executada. Tornava-se necessária pois inicialmente estava apenas previsto a reparação do altar-mor e dos frescos da Igreja, todavia tinha-se verificado a necessidade de reparar o local onde se localizava o piano, bem como o arco, situação que inicialmente não estava prevista e que representava o acréscimo que já tinha referido. _____

---Tinham procedido ao lançamento e já se encontrava adjudicada a intervenção nos sumidouros de Santa Luzia pois, na sequência de um ofício remetido pelo Presidente da Junta tinham verificado que no final da estrada de Santa Luzia, quando chovia, se verificava um alagamento em frente a um café. _____

---Relativamente à questão da correção do fator de potência energética das instalações municipais que tinham como objetivo a poupança, correspondendo um período de payback de menos de um ano, no que iriam investir cerca de vinte mil euros pretendiam obter uma poupança de energia reativa das instalações municipais de modo a conseguir uma poupança efetiva na fatura de energia. _____

---Passando ao segundo diapositivo, o Presidente da Câmara informou que se referia à intervenção do Parque Verde do Séqua que estava a decorrer a bom ritmo já sendo possível visualizar o nível da intervenção que iria conter um passeio pedonal de um dos lados e um parque de estacionamento no outro. A sua conclusão estava prevista para o mês de fevereiro pelo que verificariam se o empreiteiro cumpria o prazo. _____

---Seguidamente o diapositivo retratava a Igreja de São Gonçalves Telmo. _____

---Quanto à intervenção na EB de Cabanas, na parte traseira estava a ser construído um refeitório. Naquele mesmo dia tinha autorizado o prolongamento da empreitada por mais trinta dias já que o empreiteiro tinha justificado ter alguma dificuldade quanto aos subempreiteiros porque não

conseguiram os produtos a tempo em função da crise. Assim tinham concedido mais trinta dias esperando que no final do mês de janeiro a obra estivesse concluída. _____

---O diapositivo número cinco retratava imagens dos apoios de pesca que já se encontravam concluídos e cuja inauguração estava prevista para o dia onze de janeiro, pela onze horas, e para a qual convidava todos os membros. _____

---Para terminar referiu mais um conjunto de intervenções realizadas como as placas toponímicas, alguns arruamentos, a intervenção no Quartel dos Bombeiros cuja primeira fase já se encontrava concluída e tinha consistido na adaptação dos espaços das instalações sanitárias, dos duches, de parte da cozinha e na criação de uma sala de formação. Tinha concluído as primeira e segunda fases da Estrada de Cachopo restando apenas uma intervenção de Vale Murta para baixo, que seria intervencionada assim que houvesse verba disponível porque ainda existia uma parte junto à Picota para reparar dado a estrada denotar uma depressão cuja reparação rondava os noventa mil euros. Porém tinham alguma urgência em proceder àquela reparação pelo que enveredariam esforços no sentido de realizar o mais rapidamente possível. Depois havia ainda que pavimentar algumas daquelas zonas. _____

---O Presidente da Assembleia perguntou se algum dos membros pretendia efetuar algum considerando sobre a informação do Presidente da Câmara. _____

---O Membro Artur Sanina mencionou que na sequência da inauguração dos abrigos de pesca, a Associação de Pescadores tinha-o chamado à atenção para a possível cedência de dois espaços no Mercado Municipal para a abertura de uma loja para a aquisição dos utensílios de que necessitavam porque, presentemente em Tavira, não existia qualquer local para o efeito o que fazia com que os pescadores se tivessem que deslocar a Olhão ou outras localidades. Não sabia se aquela questão estava concretizada por escrito, e referia-se a duas lojas que anteriormente tinham funcionado como cafés ou bares. Questionava sobre se aquela questão iria ou não ser uma realidade. _____

---O Presidente da Câmara esclareceu que de acordo com o regulamento atual do Mercado Municipal não era possível a cedência gratuita das lojas, pelo que, iriam ter que proceder à sua alteração por forma a tornar possível a cedência de uma, não duas lojas, para apetrechos de pesca. A Associação tinha formalizado uma candidatura, pelo que estavam a verificar o modo de resolução da questão tendo mesmo a Vereadora Ana Paula avaliado a questão em termos jurídicos e concluído que de acordo com o regulamento atual o espaço tinha que ser arrendado, pelo que a ideia era a de procederem à alteração do regulamento. O protocolo existia, a ideia existia e consideravam-na interessante, mas verificavam-se algumas limitações em termos do próprio regulamento do Mercado Municipal. Estava em contacto com o Presidente da Associação para tentarem a resolução daquele problema para bem de todos. _____

---O Membro João Carvalho referiu que para aproveitar a oportunidade porque nunca a tinha tido, queria dizer ao Presidente da Câmara que no ano de dois mil e nove, naquela mesma sala, no último

debate das eleições, o Presidente da Câmara tinha tomado conhecimento da Casa Álvaro de Campos de Tavira. Queria congratulá-lo porque certamente sabia que constava no seu próprio programa e na altura, o Presidente da Câmara, tinha referido que desconhecia. Assim apenas pretendia dizer que tinha sido bom que o Presidente tivesse seguido aquele exemplo. Havia quem dissesse até que em dois mil e nove o Presidente tinha sido “*por Tavira*”, não encerrar tudo à meia-noite, a Casa Álvaro de Campos, ou seja, tinha-se esquecido do programa que tinha e seguido o dele próprio, razão porque o queria felicitar. _____

----O Presidente da Assembleia passou ao ponto número dois da Ordem de Trabalhos referente à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 188/2013/CM, referente à Atualização da Tabela de Taxas, Mapa de Pessoal e Grandes Opções do Plano e Orçamento. Informou que apesar de constar tudo numa proposta e, seguramente que o Presidente da Câmara iria realizar uma intervenção de âmbito geral, a mesma iria ser votada em quatro partes, a Atualização da Tabela de Taxas, o Mapa de Pessoal, as Grandes Opções do Plano e o Orçamento. _____

----Referiu ainda que relativamente ao orçamento tinha entrado na mesa da Assembleia um documento apresentado pelo BE com recomendações para o mesmo do ano de dois mil e catorze que considerava que deveria ter sido entregue em anterior Assembleia, mas que passava a ler. _____

----“*Recomendações para Orçamento Municipal 2014.* _____

----1. *Considerando a situação de emergência social que o país atravessa, fruto das políticas do governo PSD/CDS, de submissão à Troika, à banca e ao capital financeiro.* _____

----2. *Considerando que estas políticas se traduzem em aumento do desemprego, diminuição do salário real, diminuição dos salários indiretos, diminuição dos valores de reformas e pensões, fragilização dos serviços públicos essenciais e ataque ao estado social.* _____

----3. *Considerando que os executivos municipais, sendo por excelência os órgãos de soberania de proximidade, têm a responsabilidade de tomar as medidas necessárias para responder às políticas de empobrecimento e exclusão social que colocam em risco a dignidade humana a coesão social e o desenvolvimento.* _____

----A Assembleia Municipal de Tavira reunida no dia 27 de dezembro de 2013, recomenda ao executivo da Câmara Municipal de Tavira que contemple no Orçamento e Plano de Atividades as seguintes medidas: _____

----a) *Coesão social, criar um fundo de apoio e emergência social para: apoiar o pagamento de rendas das famílias em que ambos os pais estão desempregados ou que se verifique comprovada situação de pobreza com prova de recurso; apoiar o pagamento de água e energia às famílias em comprovada situação de pobreza; travar os despejos decorrentes da aplicação da nova Lei das Rendas; criar um serviço de apoio à negociação das novas rendas, designado especificamente para os inquilinos com mais de 65 anos; travar processos de demolição despejos quando não estejam garantidas as condições de habitação posterior; este fundo de emergência social deve ser regulado em sede de Assembleia*

Municipal com comissão designada para o efeito, com critérios bem definidos e adequados à realidade de Tavira. _____

----b) Saúde: compartilhar a 80 % dos medicamentos receitados a beneficiários do RSI, desempregados sem apoio e idosos com pensão mínima; financiar a retoma e alargamento das consultas suplementares das 18h30m às 20 horas para todos os utentes sem médico de família e principalmente para quem apenas pode aceder aos serviços de saúde no período pós laboral. _____

----c) Transportes: estabelecimentos de parcerias com as empresas de transporte públicos no sentido de alargar a área do Sobe e Desce para as localidades de Santa Luzia, Conceição e Cabanas; redução mediante solicitação das tarifas de jovens, estudantes, para idosos e para pessoas com manifesta insuficiência económica. _____

----d) Ambiente: criar hortas comunitárias com a criação de um serviço técnico de apoio; realização de ações de consolidação e retenção de solos em zonas de enxurradas e deslizamentos de terras iminentes na zona serrana (serra de Santa Maria, Conceição). _____

----O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda". _____

----O Presidente da Assembleia Municipal referiu que após ouvidas as recomendações ia passar a palavra ao Presidente da Câmara para falar sobre a proposta 188/2013/CM. _____

----O Presidente da Câmara mencionou que obviamente acolhia que o documento tinha sido entregue tarde uma vez que o orçamento já tinha sido aprovado em Reunião de Câmara, contudo queria referir que um documento como aquele deveria de ter, pelo menos, a indicação de qual seria o impacto financeiro daquelas medidas que estavam a ser propostas. Parecia-lhe que há algum tempo atrás o Membro do BE estava de acordo com a redução das taxas de IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis todavia ele diria que o impacto daquelas medidas seria o aumento exponencial das taxas de IMI. O que ali estava recomendado era que ao falar-se de um conjunto de apoios sociais que na prática representavam a substituição das funções do Estado, que sabia estar a apoiar muito menos, pior ou num controlo da despesa total deixando muitos desprotegidos mas, obviamente, sendo sugerido que as Câmaras substituíssem o Estado no atual estado de constrangimentos financeiros, supunha que, no mínimo, deveria ter quantificado o seu custo em termos de orçamento. Por exemplo, ao recomendarem que a Câmara apoiasse o pagamento de rendas das famílias cujos dois pais estavam desempregados ou apoiasse o pagamento de água e energia às famílias de comprovada situação de pobreza, desconheciam qual seria o universo não sabendo o que representava em termos financeiros. Por muita vontade que se tivesse, havia questões que dependiam da Lei como o caso sugerido de travar os despejos. Aquela matéria era da competência dos Tribunais, pelo que, quanto muito o que a Câmara poderia fazer era atuar com uma situação de salvaguarda de habitações sociais que obviamente, também não tinham. Quanto a travar situações de demolição de despejos, por vezes, era uma questão de legalidade urbanística muito complexa, pelo que diria que aquela medida, no mínimo, deveria ter sido quantificada, quanto iria custar ao Concelho de Tavira, pois caso contrário, algumas

eram boas ideias e até tinham uma matriz coincidente com o que iam executando ao longo do ano, como o caso do apoio às famílias através da rede de parcerias de Instituições de Solidariedade Social, de Juntas de Freguesia, de parceiros, porque trabalhavam em rede, contudo a Câmara não dispunha de verba para apoios diretos substituindo-se ao Estado ou à realidade económica. Acreditava na questão social se houvesse um equilíbrio financeiro para poderem apoiar, mas para terem uma ideia do que isso significava, se não dispusessem, de verba, se não houvesse receita, se não houvesse controlo na despesa pública, se não houvesse trabalho com rigor na relação entre a despesa e a receita podiam referir o aspeto social até à exaustão mas o certo era que não passariam das *“palmadinhas nas costas”* porque sem dinheiro não poderiam ajudar. O único comentário que fazia sobre aquelas questões que continha um conjunto de ideias, mas cuja proposta pecava por não ter sido quantificada, porque os Deputados Municipais, no mínimo, deveriam saber qual seria o impacto e como iriam conseguir receitas para o concretizarem porque o Membro referia um conjunto de medidas mas não explicava como conseguiriam as verbas para as colocar em prática. Tinham um orçamento de trinta e dois milhões e quinhentos mil euros, dos quais setenta e cinco por cento dependiam de impostos diretos e indiretos e de algumas receitas próprias, sendo por isso um orçamento muito controlado que tinha que ser tratado com muito rigor para fazer face às necessidades existentes e o que tinham que fazer para concretizarem. _____

---O Presidente da Assembleia afirmou que se o Presidente da Câmara pretendesse poderia continuar porque não iria colocar à votação as recomendações, uma vez que já tinham verificado que tinham sido elaboradas tardiamente. _____

---O Presidente da Câmara mencionou que sobre a atualização da tabela de taxas o que pretendiam referir era que existindo um regulamento de taxas na Câmara Municipal que obrigava à atualização da tabela de taxas de acordo com o valor da inflação esperado, que na altura da elaboração do documento era de zero vírgula nove por cento, tinha sido esse o valor aplicado na atualização da tabela de taxas. _____

---Relativamente ao mapa de pessoal obviamente que se os membros pretendessem formular alguma pergunta ali estavam para tentar responder, mas o mapa contabilizava o pessoal existente no quadro mesmo que estivesse em situação de mobilidade ou comissão de serviço. Por Lei aquele devia prever a sua eventual reintegração, o que estava previsto, registando-se um conjunto de funcionários que se encontravam em situação de mobilidade e que não tinha efeitos remuneratórios. No quadro também estavam na qualidade de técnicos superiores alguns funcionários que eram assistentes técnicos mas que tinham que constar nos dois lados, não tendo contudo efeitos remuneratórios. Havia pois situações que derivavam da Lei e realçava que no mapa não estava prevista qualquer contratação, qualquer abertura de concurso para recrutamento de pessoal o que aliás, na Administração Pública, no atual momento, não era permitido e também tinham retirado os trinta e quatro professores das AEC's – Atividades de Enriquecimento Curricular que estavam previstos para a Câmara. O Governo tinha

alterado radicalmente o modelo de gestão das AEC's tendo passado a sua gestão para as escolas ficando a Câmara apenas com o ensino de acordo com o que as escolas definissem, como o caso do ensino de inglês. Assim, tinham saído do processo porque tinham que contratar mais professores para lecionarem uma hora de inglês por semana, sendo que a sua rotatividade iria ser muito confusa, pelo que tinham passado tudo para as escolas deixando de ter trinta e quatro professores. _____

---O Presidente da Câmara referiu que gostava de mencionar algumas prioridades num orçamento de trinta e dois milhões e quinhentos mil euros onde estava previsto um saldo de gerência de cerca de quatro milhões de euros. Assim, como sabiam, no relatório e contas do primeiro semestre do ano de dois mil e treze analisado por aquela Assembleia Municipal tinham uma despesa global que tinha reduzido nove vírgula trinta e quatro por cento, a dívida global, catorze vírgula quarenta por cento, e os pagamentos em atraso, setenta e quatro vírgula dezasseis por cento, face ao período homólogo o que representava um montante de um milhão e duzentos e quarenta mil euros. De acordo com aquele relatório podiam concluir que o que estavam a fazer era chamado consolidação, um termo muito falado nos últimos tempos e cujo significado se traduzia na adaptação da despesa à receita, à tentativa de baixar substancialmente a dívida de curto prazo como era o que estava a acontecer. Tinha sido com base naqueles resultados que, face aos constrangimentos com o nível de incerteza e as questões de contexto que eram por demais conhecidas, tinham elaborado um orçamento com três prioridades genéricas para o atual mandato e que eram a Coesão Social, a Dinamização Turística do Património e a Requalificação e Valorização do Concelho. _____

---Dentro da perspetiva apresentada tinham adotado uma forma algo diferente de distribuir as verbas já que tinham colocado um conjunto de verbas numa rubrica indiscriminada por forma a poder ser movimentada em função das necessidades através de alterações orçamentais. Assim tinham imputado diretamente cem mil euros para o apoio aos carenciados cujo valor, em função dos resultados atuais, lhes parecia corresponder ao necessário para o apoio direto, contudo era obviamente um valor de referência que poderia ser aumentado. Os valores inscritos no orçamento refletiam a garantia do apoio à construção de vários equipamentos sociais que ainda estavam por concluir. O Centro Intergeracional da Pegada já estava liquidado mas podiam ter que avançar com o Centro de Dia de Santo Estevão e o Pontão que ainda estava a decorrer requerendo algum apoio e existia mais uma ou outra intervenção que poderia aparecer ao longo do atual mandato. T tinham pois um conjunto de protocolos que iam celebrando em função das disponibilidades, tendo também um programa de preparação e beneficiação de habitações sociais, o apoio ao Centro Paroquial de Cachopo que tinha que refazer a cobertura pois chovia lá dentro, o que ainda não tinham conseguido, tinham que equipar o Centro Escolar da Horta do Carmo, acabar a Escola Básica de Cabanas, beneficiar o Pavilhão Gimnodesportivo da Escola D. Manuel I, fazer o aperfeiçoamento nas escolas, manter as refeições escolares, manter os kits, o material escolar gratuito até ao quarto ano, dar apoio aos alunos e famílias carenciadas. _____

---Havia ainda a questão da Dinamização Turística e do Património que era muito central e que também constava no orçamento, pois constituía uma atração do Município com a realização de um conjunto de eventos, obviamente a realização da Feira da Dieta Mediterrânica como uma prioridade que ainda tinha que ser discutida com os parceiros e com a comunidade de modo a criarem o modelo, a forma de financiamento, e para o que o orçamento compreendia alguma receita nem que fosse para liquidar a comparticipação nacional. _____

---Quanto ao Verão em Tavira era para continuar, como também o eram os festivais da Gastronomia da Serra e do Mar, a programação de Fim de Ano e Páscoa que tinham passado a ser uma referência. Naturalmente que quanto maior fosse a verba disponível melhor seria a programação, sendo que previam que nos dias seguintes Tavira tivesse muita gente para a passagem do ano. _____

---O Presidente da Câmara continuou informando que para apoios tinham inscrito uma verba que rondava o meio milhão de euros distribuída por associações desportivas, culturais e sociais de modo a poderem celebrar um conjunto de protocolos que, com a melhoria da situação financeira da Câmara, esta poderia dar um pequeno impulso com a formalização de alguns protocolos com as Instituições de Solidariedade, Culturais e Desportivas tentando melhorar o que tinham tido que retirar, que tinha sido muito, pois devido à falta de recursos tinham tido que rescindir muitos protocolos com muitas associações culturais sendo que relativamente às associações desportivas não tinham celebrado protocolos para não se comprometerem com pagamento de verbas que não tivessem condições de pagar por falta de liquidez. Por isso, tinham de alguma forma tentado recentrar aquela questão sendo, contudo possível que algumas associações fossem apoiadas e outras não. _____

---Também tinham previsto o arrelvamento do campo anexo ao Pavilhão Eduardo Mansinho que era uma empreitada que pretendiam lançar precisamente também para que não ficassem dependentes do campo do Ginásio com quem tinham celebrado um protocolo. _____

---Pretendiam apostar na promoção de Tavira de uma forma geral. _____

---No capítulo da Requalificação e Valorização do Concelho tinham empreitadas a terminar como era o caso da Igreja das Ondas e do Parque Verde do Séqua. Presentemente tinham apresentado uma candidatura à reabilitação urbano do PO Regional – Programa Operacional do Algarve que esperavam que fosse aprovada e cuja formalização daquele último processo de candidaturas tinha terminado no dia trinta e novembro passado. As candidaturas apresentadas tinham um valor total de cerca de um milhão e quinhentos mil euros e compreendiam a requalificação da Rua José Pires Padinha, a reabilitação do Troço da Muralha da Rua dos Pelames, a reabilitação de uma sala no Museu Municipal e a requalificação da Rua João Vaz Corte Real cujas candidaturas continham um conjunto de derivações das quais tinham os projetos estando, no momento, os processos de candidaturas a ser completados com um conjunto de documentos em falta. _____

---Havia também que beneficiar algumas vias, tapar alguns buracos com betuminoso continuando aquele trabalho de modo a ir requalificando a rede viária, o que apenas poderiam fazer por terem meios para tal. _____

---Tinha também sido adjudicado recentemente a empreitada de conclusão do acesso de Conceição a Cabanas, que na prática, era a intervenção na zona da passagem de nível cuja obra já há trinta anos estava falada mas que, seguramente estaria no terreno no próximo mês de janeiro. _____

---O Presidente da Câmara referindo-se à apresentação geral do orçamento, mencionou que se tratava de um documento que tinha sido entregue a todos os membros, pelo que indicava que tinham previsto um orçamento de trinta e dois milhões e quinhentos euros, sendo vinte e três milhões e duzentos mil euros de receitas correntes e nove milhões e trezentos mil euros de receita de capital. Setenta e cinco por cento da verba era proveniente da receita de impostos e das transferências do Estado o que indicava que a verificar-se uma evolução negativa naquelas vertentes poderiam vir a ter alguns problemas, razão pela qual, tinham grande dificuldade, sendo certo que a despesa com pessoal, a despesa com aquisição de bens e serviços e a despesa de capital, nomeadamente as amortizações de empréstimos também absorviam cerca de setenta e cinco por cento do valor total da despesa o que se traduzia num orçamento muito limitado, ou seja, onde a realidade estava muito próxima do que estava escrito, pelo que não tinha grandes folgas, grande contabilidade criativa tanto mais que tinham tido que fazer aquela aproximação porque o Governo já tinha dado indicação de que estavam limitadas “*as invenções*” com a rúbrica de venda de património que ia deixar de existir. _____

---As Câmaras tinham cada vez mais dificuldades caso não fizessem o trabalho de acomodar a despesa que tinham, pois o objetivo era o de acomodarem a receita em função da despesa existente porque a contabilidade tinha que evidenciar todos os registos. Na Câmara Municipal de Tavira, com o trabalho que tinha sido realizado no último mandado e o que estavam a continuar, felizmente que o nível de despesa já era compaginável com o nível de receita que tinham, por isso, o que esperavam era uma grande execução na receita, como se verificava no orçamento de que dispunham porque, de facto, estava muito limitado sendo que, nomeadamente nas correntes, existia um grande controlo na despesa da Câmara para o que tinham tido que tomar algumas medidas porque sendo um orçamento, tratava-se de uma previsão que obviamente tinha que ser monitorizada mês a mês. _____

---A questão da monitorização tornava-se mais fácil devido à DGAL – Direção geral das Autarquias Locais para onde tinham que remeter mensalmente relatórios sobre a execução orçamental onde não podiam verificar-se aumento na despesa e num conjunto de indicadores. _____

---O Presidente da Câmara continuou com a informação de que a Câmara Municipal estava a liquidar as faturas a trinta dias, pelo que, iriam transitar o ano praticamente sem dívida de curto prazo como seria dado conta nos meses de março ou abril na apresentação do relatório e contas. Aquela situação refletia uma evolução muito interessante, prevendo também alguma verba para a celebração de protocolos com as Juntas de Freguesia nos termos da nova Lei, cujo valor que tinha sido previsto

naquele orçamento era igual ao do orçamento em vigor, sendo certo que o modelo dos protocolos seria adaptado em função da nova Lei que, obviamente, seria alvo de discussão com os Presidentes de Junta e Vereação. _____

---O documento continha a decomposição dos valores refletindo um aumento de despesas correntes na área das aquisições e consumos porque a Câmara tinha começado a efetuar muitas obras por administração direta tendo, por isso, que adquirir mais materiais, mas não tinham tido que contratar tantas empresas o que também se refletia. _____

---Constava uma rubrica que indicava um aumento dos combustíveis para o que estavam a lançar novo concurso e cuja repartição de encargos pensava que integrava a Ordem de Trabalhos daquela Assembleia. Tratava-se de uma repartição de encargos no valor de um milhão e trezentos mil euros com o compromisso na fase atual do concurso, pelo que, se verificava uma duplicação que uma vez celebrado o novo contrato, parte do valor seria descabimentada da despesa corrente. _____

---O Presidente da Câmara chamou à atenção para uma questão importante que os membros poderiam verificar no documento e que se referia ao facto de haver uma redução de dois dígitos no valor das despesas com amortizações resultantes de duas razões. Por um lado, porque a dívida em si tinha baixado na medida em que os vários contratos de empréstimo celebrados iam sendo amortizados semestralmente e, por outro, porque o preço do dinheiro se tinha mantido em valores constante ou mesmo regredido cujas taxas ao serem aplicadas resultavam numa folga de trezentos mil euros. _____

---Relativamente ao IMI gostava de explicar uma questão. Considerava que tinham tomado a decisão correta ao manterem a taxa de IMI atual porque de acordo com a projeção do Ministério das Finanças o aumento do valor a arrecadar pela Câmara referente àquela taxa era de quatrocentos e noventa e quatro mil euros, não sendo contudo, aquele o valor esperado resultante da reavaliação das matrizes. Como o Estado estava a cortar porque, como os membros sabiam, tinha-se verificado uma redução de cinco vírgula vinte e cinco por cento nas transferências para a Câmara de Tavira e para as Freguesias, podia referir que naquele particular não se estava a verificar um aumento exponencial na receita devido às cláusulas de salvaguarda, verificando-se antes que para o ano seguinte iria ocorrer uma quebra nas transferências correntes conforme estava em Orçamento do Estado e, seguramente, já tinha sido avaliado pelos membros. _____

---Quanto ao orçamento, no valor de trinta e dois milhões e quinhentos mil euros, certamente que gostariam de ter mais despesa de capital e menos despesa corrente, todavia tinham consciência do caminho percorrido desde o ano de dois mil e nove quando tinham um orçamento de cinquenta e oito milhões de euros para uma receita efetiva inferior a trinta mil euros. No presente, já se situavam em trinta e dois mil euros para uma receita efetiva que esperavam rondar os vinte e sete mil euros caso o ano de dois mil e catorze fosse semelhante ao atual, tendo também que prever o saldo de gerência que seria apresentado naquela Assembleia e que teriam que incorporar retirando nas rubricas caso

viesses a aumentar o budget do orçamento, como aliás o tinham efetuado no anto transato tendo aumentado a dotação do orçamental. _____

---Acrescentava que os tempos estavam complicados como todos sabiam, pelo que não era fácil gerir a causa pública e desconhecia se o ano de dois mil e catorze iria ser bom, mas esperava que, utilizando as palavras do Governo ao referir que existia uma remota em curso, fosse um ano com mais economia verificando-se um aumentar da confiança dos investidores, porque se tal acontecesse, todos ganhariam, ganhavam as receitas municipais e o que podiam fazer e, eventualmente ganhavam uma revisão orçamental em alta o que era interessante porque quanto mais receita concretizada tivessem, obviamente que fariam as revisões orçamentais com gosto de modo a poderem incorporar receita e despesa de capital que necessitavam para a reparação de estradas, construção de edifícios e capacidade de resposta às necessidades da população mas, que para o fazerem, precisavam ter alguma sustentabilidade. _____

---Tentariam que o ano de dois mil e catorze decorresse sem terem que recorrer a empréstimos que, naquela fase, não estavam previstos. Tinham recorrido a três situações de empréstimos de dinheiro, através do FDR – Fundo de Desenvolvimento Regional, como sabiam, com o pedido de adesão ao PAEL - Programa de Apoio à Economia Local que tinha sido aprovado e que, na prática, tinha resultado no empréstimo de cinco anos com uma taxa de juro de cerca de três por cento que estavam a pagar e tinha permitido liquidar a dívida de curto prazo com o aproveitamento de uma taxa de juro muito interessante. Tinham contraído um empréstimo com o BEI – Banco Europeu de Investimento para uma participação de vinte por cento da empreitada da Igreja das Ondas que, obviamente, era verba que o fundo municipal não dispunha no imediato e verificando-se que o empréstimo tinha um período de carência tornava-se um investimento interessante. Tratava-se de cerca de cem mil euros tendo também contraído empréstimo BEI para a empreitada do Parque Verde do Séqua de modo a que com os meios que o Estado ia colocando à disposição pudessem ir conseguindo alguma liquidez para gerir as questões. _____

---Considerava que se um investimento tinha que ser feito e se havia um Fundo Europeu disponível para uma necessidade emergente ou para uma obra, não deveriam desperdiçar a oportunidade que seria ali pontualmente ponderada naquela Assembleia assumindo obviamente, a Câmara o ónus. _____

---Para concluir o Presidente da Câmara referiu que aquela era a situação real para um orçamento que pretendiam que fosse o mais rigoroso possível como até era um requisito dos tempos atuais e exigência do próprio Governo. _____

---O Membro Antero Romeira mencionou que da análise que a CDU – Coligação Democrática Unitária tinha feito ao orçamento apresentado pela Câmara, esta realmente apontava o dinamismo económico já referido pelo seu Presidente, ao mencionar a dinamização turística e patrimonial e a requalificação e valorização do Concelho. Todavia pela análise que faziam, o Presidente referia-se à coesão social e se verificassem as verbas atribuídas relativamente ao ano anterior, na ação social havia uma diminuição

de quarenta e dois virgula vinte e sete por cento que era o que representava os menos duzentos e vinte e três mil duzentos e vinte e cinco euros. Relativamente à educação e juventude continham menos vinte por cento, quatrocentos e noventa e dois mil, setecentos e oitenta euros, pelo que lhes parecia que, sendo certo que a era a Câmara que de alguma forma dinamizava a economia que estava anémica e que era a promotora criando mais valor, na parte social, parecia-lhes evidente que havia uma desvalorização da verba enquanto no desporto se verificava um aumento significativo, na ordem dos cento e trinta e três virgula trinta e cinco por cento o que representavam quatrocentos e dezanove mil, setecentos e cinquenta e oito euros conforme constante na página número dez. _____

---Quanto àquela parte do orçamento concordavam que o dinamismo económico era importante e necessário mas relativamente à parte social, já ali tinha sido criticado por ter referido que o Presidente da Câmara tinha uma forte sensibilidade social, pelo que agora pareciam ter razão para o criticarem. ____

---Também como já ali tinha sido abordado pelo Membro Carlos Rodrigues, em relação à questão do desporto era evidente que a situação não era boa sendo que muitos clubes estavam a ser muito apoiados pelas autarquias todavia, não colocando em causa o meritório trabalho que desenvolviam, considerava que era necessário que criassem automatismos financeiros sendo pois, evidente que também eles tinham que criar soluções financeiras para ultrapassar a situação aliás, como todos estavam a fazer. _____

---Verificava-se um grande ajustamento na economia nacional entre outros fatores, pelo que consideravam que os números atribuídos à coesão social deviam de ser revistos talvez com uma análise mais profunda quanto à despesa corrente na rubrica de aquisições de bens e serviços onde se encontrava a maior verba e de onde talvez pudesse ser deslocalizada. _____

---O Membro Antero Romeira referiu ainda que queria formular algumas perguntas e fazer alguns considerandos referentes a situações do orçamento. _____

---Relativamente ao IMI, segundo a sua análise do orçamento e, tendo o Presidente da Câmara referido o valor que quatrocentos e cinquenta e oito mil euros de aumento para o ano de dois mil e catorze, no documento estava explícito o valor de seiscentos e onze mil euros. Como certamente era do conhecimento sessenta e seis municípios tinham baixado os coeficientes e vinte e oito aplicavam a taxa máxima como Faro, Portimão, Albufeira e Vila Real de Santo António que, segundo parecia, eram dos Municípios com maior dívida, sendo esse o reflexo. _____

---Pretendia questionar sobre a rubrica de *outras receitas correntes* que continha o valor de duzentos e setenta e um mil, cento e quarenta e quatro euros. Tinha verificado no classificador económico e concluído, se não estava errado, que se tratava de uma assistência à TaviraVerde. Perguntava pois se, se tratava do contrato de gestão ou se era uma assistência prestada quando necessário. _____

---O Presidente da Câmara respondeu que se tratava do contrato de gestão. _____

---O Membro Antero Romeira referiu que ainda ele não era Deputado Municipal, mas recebendo por parte dos seus camaradas os documentos para análise, constatava sempre a existência da rubrica

outras, sendo que a última vez que tinha analisado, e supunha que não teria sido elaborado pela Vereadora Ana Paula, tinha constatado valores na ordem dos seis milhões e setecentos mil euros, que agora percebia, pois o Presidente da Câmara tinha referido que este era ali colocado para poder ser deslocalizado. _____

----Na rúbrica nove, de bens de investimento, estava referida a venda de terrenos e edifícios, pensava que estavam a falar de um valor de um milhão, setecentos e setenta e oito mil euros e de um milhão oitocentos e sessenta e quatro mil euros. Queria pois saber quais eram as expetativas quanto às vendas. _____

----Quanto à despesa pretendia referir-se a *outras* que constava, por exemplo, na rúbrica de aquisição de bens que verificando no classificador económico, traduzia um montante de um milhão, duzentos e quarenta e um mil e quinhentos euros que, de acordo com as palavras do Presidente da Câmara eram ali colocados contabilisticamente para depois poderem ser deslocados para outras situações. A questão que colocava era que não conseguiriam saber se os valores eram ou não bem atribuídos, a quem eram, e quais as Instituições, por não ser possível efetuarem aquela análise. _____

----Relativamente às transferências correntes, e tendo verificado nas grandes opções do plano onde também estava especificado, ao tentar calcular o montante em dívida às entidades financeiras, não tinha conseguido porque, no documento a soma não era detalhada, talvez fosse algum problema da sua impressão, contudo não conseguia obter o valor, pelo que, questionava sobre qual o valor em dívida a entidades bancárias. _____

----Estando na contabilidade empresarial, não dominava a questão dos passivos financeiros pelo que queria perguntar a que se referia o valor de um milhão, setecentos e sessenta e três mil e duzentos euros pois tendo a rúbrica um total de um milhão, novecentos e trinta e três mil, duzentos e vinte euros, deduzia que os restantes cento e setenta mil e vinte euros se referiam ao pagamento semestral ao PAEL. _____

----A Vereadora Ana Paula respondeu que os passivos financeiros correspondiam aos empréstimos. ____

----O Membro Antero Romeiro concluiu que assim sendo estava previsto liquidar o montante de capital da dívida no valor de um milhão, setecentos e sessenta e três mil e duzentos euros no ano de dois mil e catorze, acrescidos do pagamento de duzentos e cinquenta mil euros de juros referentes ao ano de dois mil e treze, concluindo-se que se tinha verificado uma poupança de cerca de cento e quarenta e seis mil euros, estando portanto a dívida a baixar. _____

----O Presidente da Câmara disse que iria explicar a primeira parte passando depois a palavra à Vereadora Ana Paula. _____

----Gostava apenas de se referir à questão social que lhe parecia ser a questão que tinha alguma relevância política. O valor anterior para aquela rúbrica tinha incorporado duas despesas que tinham sido desincorporadas e que se tratavam das transferências sido efetuadas para pagamento do Centro Escolar da Horta do Carmo que estava em construção, bem como as transferências efetuadas para o

pagamento da comparticipação do Lar da Pegada. Aquelas duas obras já se encontravam liquidadas o que queria dizer que retirando aquele valor, estavam contabilizados apenas os eventuais valores para apoios ao social que poderiam vir a ser reforçados pela rúbrica *outros*, sendo pelo que no orçamento anterior tinham um valor de cerca de um milhão e setecentos mil que incluía os valores de apoios sociais que iam atribuindo acrescidos dos valores de uma comparticipação de quinhentos e oitenta e seis mil euros ao Lar da Pegada e a comparticipação nacional do Centro Escolar da Hora do Carmo que já estavam liquidadas. _____

----Assim tinham retirado aqueles valores e colocado apenas um valor para eventuais apoios na área social. Quanto ao facto de apenas conter cem mil euros que era um valor que também considerava baixo, aquela era uma rúbrica que tinha que ser executada e redimensionada por alterações que seriam apresentadas em Reunião de Câmara e revisões orçamentais que efetuariam em caso de necessidade. O mais importante era que iriam acompanhando a questão social em função dos apoios e dos acordos, com as prioridades que tinham estabelecido para as escolas e apoios de emergência com envolvimento da comunidade civil de modo a irem assim apoiando as famílias. Não possuíam como outros Municípios um conjunto de medidas estabelecidas, não pagavam rendas nem nunca o tinham feito, nem no anterior mandato, nem antes da sua primeira tomada de posse. O que tinham tentado fazer era apoios sociais de primeira necessidade como o caso das refeições e do domiciliário, tentando completar a rede de cantinas sociais do Estado juntamente com as Freguesias e apoios através de Instituições de Solidariedade como era o caso das Vicentinas, entre outras. _____

----Os apoios emergentes que iam conseguindo atribuir representava a parte restante de num conjunto de medidas que deviam de ser encontradas numa solução Estado ou numa solução emprego. Assim, e obviamente com um grande envolvimento por parte das Juntas de Freguesia que considerava muito importante pois contribuía com apoios naquela matéria, tinham conseguido liquidar algumas responsabilidades integradas na rúbrica social restando aquele valor que esperava e acreditava que teria que ser crescente e revisto em alta, mas que apenas conseguiriam saber durante a execução após a verificação de quanto gastavam efetivamente em apoios sociais catalogados, identificados da forma como tinha referido. _____

----O Presidente da Câmara mencionou que o Membro Antero Romeira poderia, no final do ano, no relatório e contas, colocar a questão de quanto tinham gasto efetivamente em apoios sociais dentro da matriz que tinha mencionado e que considerava que seria um valor certo, podendo ser quantificável, e verificado o aumento percentual relativo àquele orçamento. _____

----Para terminar mencionou que quanto ao conjunto das questões mais técnica de parametrização de capitais, amortizações e outros, pedia à Vereadora Ana Paula que, como todos sabiam era a responsável pela elaboração das rúbricas orçamentais e que como o Membro Antero Romeira eram Técnicos de Contas, para responder mais pormenorizadamente já que ele, como jurista, não tinha tanta propriedade para o fazer. _____

---A Vereadora Ana Paula referiu que relativamente à questão da ação social já tinha sido respondida pelo Presidente da Câmara. Portanto, naquela rúbrica estava considerada a empreitada do Centro Escolar da Horta do Carmo que sendo um grande objetivo tinha tido um forte impacto, pois tinham sido praticamente nove meses de obra. _____

---Relativamente ao aumento previsto para o desporto estava relacionado com a previsão da empreitada do arrelvamento do campo, como já referido pelo Presidente, e com uma questão que estava para solucionar por forma a tentarem poupar alguma energia com a colocação de painéis solares nas piscinas que era também uma empreitada participada por fundos comunitários. _____

---Quanto às questões do orçamento, praticamente no fim das GOP existia uma rúbrica de operações financeiras onde basicamente estavam inscritos todos os empréstimos que a Câmara possuía e cuja linha de soma tinha o código quatrocentos e dois. _____

---Com relação à venda de bens de investimento, a próxima Lei das Finanças Locais que iria entrar em vigor no mês de janeiro seguinte, não iria permitir que acontecesse, no entanto, no ano anterior por integração do saldo de gerência tinham tido que aumentar a dotação do orçamento em praticamente três milhões de euros, o que tinha falado consentidamente com a Chefe de Divisão. Como queriam integrar todas as obras por uma questão prática, o que tinha dito era que iriam inflacionar a venda do imobilizado naquela primeira aprovação que depois saíria para a rúbrica de saldo de gerência e aquela rúbrica ficaria com um valor residual porque também como o Presidente já tinha referido, previam um valor de saldo de gerência de cerca de quatro milhões de euros. _____

---O Membro Antero Romeira disse que então a compensação seria efetuada com o saldo de gerência.

---A Vereadora Ana Paula confirmou que a questão era aquela, mas que tinha sido consentida. No ano seguinte, porque aquela situação implicaria que algumas obras não constassem, e apenas quando fosse efetuada a integração do saldo de gerência o que ocorria no mês de abril, ocorreria uma revisão àquele orçamento para a integração daquela rubrica onde considerariam as obras que conseguissem pagar com aquela verba. A questão não tinha sido com o intuito de inflacionar o orçamento pois tinha sido consentida. _____

---O Membro Antero Romeira quis saber se haveria possibilidade de colocar mais verba para a questão social. _____

---A Vereadora Ana Paula referiu que no ano anterior tinha havido verba para apoios sociais que não tinha sido utilizada, tendo posteriormente servido para liquidar outros apoios, nomeadamente ao nível do desporto, da cultura ou outras situações, sendo que, obviamente que o contrário também seria possível porquanto se tratavam de dotações previsíveis que podiam aumentar ou diminuir sendo que a compensação seria sempre efetuada na primeira versão do orçamento. Assim, todas as outras alterações serviam para ir reforçando ou retirando verbas das rúbricas, cuja afetação de verbas iam apresentando em Reunião de Câmara. _____

---O Membro Antero Romeira referindo que sendo uma questão mais técnica e como o Presidente da Câmara tinha passado a palavra, gostava de trocar uma impressão relativa à despesa corrente no que se referia aos subsídios que tinha o valor de um milhão, oitocentos e oitenta mil e quinhentos e vinte euros. _____

---A Vereadora Ana Paula referiu que se tratavam das Empresas Municipais. _____

---O Membro Antero Romeira disse que tendo consultado o classificador, este referia empresas públicas municipais e intermunicipais com o valor de um milhão e setecentos e oitenta e quatro mil euros. _____

---A Vereadora Ana Paula explicou que se tratava do contrato de gestão dos espaços verdes que presentemente e com o valor da inflação rondaria um milhão e trezentos mil euros ano, acrescidos do valor do contrato da limpeza das praias que era outro contrato. _____

---O Membro Antero Romeira quis saber o que é que a Câmara Municipal tinha com aquelas empresas. _____

---A Vereadora Ana Paula respondeu que tinham contratos programa devidamente validados e aprovados pelo Tribunal de Contas para a manutenção dos espaços verdes e limpeza das praias. Quanto à gestão da água efetuavam o pagamento como qualquer outro consumidor. _____

---O Membro Antero Romeira referiu que anteriormente tinha questionado o Presidente da Câmara no sentido de saber quanto era pago pelos serviços de água à TaviraVerde, tendo-lhe sido respondido que o valor rondava os centos e setenta mil euros, mês. _____

---O Presidente da Câmara esclareceu que o valor imputado ao consumo de água era de cerca de trinta mil euros sendo o restante relativo aos contratos de gestão. _____

---O Membro Filipe Lopes referiu que sendo a primeira vez desde o mandato anterior que ali estava presente, aproveitava para felicitar o Partido Socialista pela sua vitória nas eleições autárquicas e o Presidente da Câmara pelas suas funções a nível regional. _____

---Relativamente ao orçamento, cujo documento estavam a tratar, anunciava que o PSD – Partido Social Democrata se ia abster, quer no orçamento, quer nas GOP, pois tratava-se de uma questão política, uma opção do programa que tinha sido sufragado. Relativamente às restantes duas votações, que concordavam que fossem efetuadas em separado, iriam votar favoravelmente. _____

---Todavia tinham algumas questões que gostariam de colocar e que considerava pertinentes, desde logo, porque o Presidente da Câmara tinha afirmado não terem contabilidade criativa, que acreditava que não, mas para precaver aquele ponto gostava de perguntar sobre o facto, como referido na página número treze, do orçamento ter sofrido um aumento de dois milhões e setecentos mil euros em virtude da integração do saldo de gerência anterior. _____

---A primeira questão era de onde é que aquele valor tinha transitado especificamente, e naquele caso, tendo a Câmara tido um superavit qual tinha sido a necessidade de obter apoios, nomeadamente o PAEL, até porque o Presidente da Câmara tinha referido que as Câmaras que não dispunham de

verba não podiam ajudar, contudo se existisse, poderiam ajudar mais. Todavia admitia que pudesse não ser exatamente assim. _____

---Depois queria formular outras questões ainda relativas aos apoios, mais especificamente quais eram os clubes que iriam ser apoiados. _____

---Outro aspeto estava relacionado com o Cine-Teatro António Pinheiro pelo que questionava sobre se o valor que estava orçamentado englobava o novo projeto ou não, e para quando estava prevista a remodelação também prometida. _____

---Quanto à habitação social questionava se o valor que estava previsto também englobava a sua reabilitação pois, tendo em conta os problemas existentes, considerava que talvez fosse escasso. _____

---Gostava ainda de colocar uma questão ao Presidente da Câmara que não estava relacionada com o orçamento mas que aproveitava para formular por se tratar um assunto relacionado com habitação social. Era uma pergunta de caráter jurídico que pensava saber a resposta mas entendia levantar a questão. Assim, pretendia saber se ao verificarem-se problemas nas áreas comuns dos prédios de habitação social a responsabilidade da sua resolução era da Câmara. _____

---O Presidente da Câmara respondeu que muitos dos prédios tinham condomínio baseado na permissão. _____

---Relativamente ao social, na página número sete, conforme já abordado, constava a referência a um reforço de cem mil euros. Pensava que, no ano anterior o valor imputado tinha sido de duzentos e cinquenta mil euros, pelo que, no corrente ano, não se tratava de um reforço, embora admitisse que pudesse estar enganado. _____

---No que certamente não estava enganado, era que referindo o Executivo a forte aposta na ação social e num período tão grave que os portugueses estavam a enfrentar, num orçamento de trinta e dois milhões e quinhentos mil euros apenas era dedicado um reforço de cem mil euros à ação social enquanto para as empresas públicas, como já ali tinha sido referenciado, estava considerado um milhão, setecentos e oitenta e quatro mil euros sendo apenas trezentos e quatro mil euros para a ação social. Devido à situação presente, questionava se aquele não seria um valor demasiado pequeno. _____

---O Presidente da Câmara afirmou que tinha terminado de explicar as razões inerentes à atribuição daqueles valores, pelo que não considerava bem que entrassem no esquema político de se fixarem nos valores e não na explicação. Tinha acabado de referir que o valor de cem mil euros poderia ser revisto em função das necessidades efetivas da população, sendo que, o que constava era o valor que tinham apurado em função da média dos valores atribuídos para aquela rubrica concreta nos últimos anos. Todavia existia um conjunto de rubricas, *outras*, que, conforme a Vereadora Ana Paula já tinha explicado, integravam apoios sociais, culturais e desportivos e cujo valor poderia transitar de umas para as outras, pois estando expurgada a questão das construções nos apoios estas podiam ser reforçadas em função das necessidades identificadas pelos serviços sociais da Câmara. Tinham técnicos, equipas que apresentavam propostas que eram levadas à aprovação dentro da matriz do

funcionamento da Câmara para a área social e, se em resultado daquele trabalho, a verba se mostrasse insuficiente, considerava que deveria ser reforçada para o que eventualmente tivessem previsto realizar e, certamente, tomariam conhecimento das revisões que efetuassem, mas se entrassem na componente específica da rubrica e se focassem apenas no número não estavam a olhar, com o devido respeito, para a realidade. _____

---Assim, parecia-lhe que comparar a explicação dos valores com a limpeza dos espaços verdes, porque as pessoas ao saírem de casa gostavam de ter a rua arrumada, sendo aquele valor resultante de um protocolo que tinham estabelecido com a TaviraVerde que empregava cento e oitenta funcionários e que trabalhavam, moravam e tinham as suas famílias que dependiam daquele trabalho em Tavira, e que provavelmente se não trabalhassem ali estariam na Câmara porque os serviços municipalizados também teriam que estar, se não estivessem, possivelmente estariam desempregadas, parecia-lhe ser jogar um pouco com as palavras não se cingindo aos factos. _____

---Concordava que o valor de cem mil euros não era um valor elevado mas afirmava à Assembleia que era um valor reforçável em função das necessidades identificadas pelos serviços sociais da Câmara, que verificariam se as propostas que iam apresentando eram ou não aprovadas pelo Executivo Municipal de acordo com o tipo de pessoas com necessidade que ali se apresentassem e se a rede social funcionava ou não, porque também era importante ter uma rede de parcerias, pois sempre tinha dito que preferia atribuir apoios às instituições para que a rede de parcerias pudesse ser uma rede mais próxima da realidade. Considerava que aquela era a forma, que podiam ter tido falhas, que podiam ter havido lacunas, que podiam estar por omissão em alguns momentos, mas a linha a seguir era aquela, esperando que, consoante as necessidades, os apoios pudessem aparecer. _____

---Em relação ao Cine-Teatro, o Presidente da Câmara, respondeu que tinham uma candidatura aprovada para a elaboração dos projetos. Tinham a expectativa de ter previsto naquele orçamento a sua construção, o que não tinha sido possível porque esperavam que a CCDR abrisse uma linha de financiamento a fundo perdido, com um valor importante, mas que apenas se tinha verificado para a reabilitação urbana com um apoio aplicável de um milhão e oitocentos mil euros. Assim, tinham preferido remeter a construção para o futuro Quadro Comunitário de Apoio na perspetiva de poder haver uma linha para candidatarem porque de todos os cinemas e teatros, para completar a rede, apenas faltava o de Tavira. O assunto seria tratado com a CCDR para verificarem a possibilidade de no próximo Quadro encontrarem um financiamento para completar com fundos comunitários regionais ou nacionais, eventualmente com o Jessica, e com verba do Município de Tavira que entraria no orçamento por revisão ou seria retirada de outra rubrica de modo a completar o valor. Fariam essa opção caso se verificasse aquela abertura, se a linha fosse aberta, se existisse aquela possibilidade, propondo uma revisão, até porque também existia um conjunto de intervenções que estavam previstas realizar mas que devido à falta de verba não estavam contempladas no orçamento, visto terem optado por o que lhes parecia moderadamente exequível pois ainda se estava na fase da

discussão das orientações técnica do novo Quadro Comunitário pelo que não acreditava que houvesse fundos, com abertura de avisos de concurso, no primeiro semestre do ano, prevendo-se talvez para o segundo semestre, o que representava que estavam a falar em candidaturas à “*la longue*” sendo que havia pouca exequibilidade de fundos naquele primeiro ano, no orçamento de dois mil e catorze. Assim, o Cineteatro continuava a ser uma perspetiva, um investimento importante para Tavira, mas que naquele orçamento não tinha verba para execução pois não tinham pretendido colocar qualquer verba para sinalizar dado a questão se poder resolver de outra forma. _____

---Referindo-se aos apoios aos clubes, o Presidente da Câmara informou que eram atribuídos no âmbito do RMAAD – Regulamento Municipal de Apoio à Atividade Desportiva cujas atividades eram obviamente decididas pelos próprios clubes não sendo indicados pela Câmara. Durante o ano de dois mil e treze tinham apoiado o Ciclismo, os Sonâmbulos, o Basquetebol, o Náutico e a Vela, sendo que os restantes se tinham tratado de apoios pontuais mais em espécie. Para o ano de dois mil e catorze iriam analisar as propostas dos planos de atividade dos Clubes para, em função do orçamento ali aprovado, poderem decidir. Tinham reforçado a verba que até já tinha ali sido alvo de crítica, porque também só poderiam apoiar os clubes em função das suas atividades, do que se propunham fazer, de acordo com a verba que dispunham. Não dizia que aqueles seriam os clubes a apoiar, pois se um ou outro desistisse da atividade, obviamente que deixaria de ser apoiado todavia, se algum clube se dedicasse apenas às competições nacionais, notoriamente teria que ser apoiado, provavelmente mais com logística do que com verba. Aquela tinha sido a prática dos últimos dois anos quando se tinham confrontado com a grande quebra de receitas. _____

---Não tinham qualquer perspetiva sectária relativamente a nenhum clube, sendo aquele o critério adotado nos anos de dois mil e doze e dois mil e treze, devido à falta de verbas por terem tido um corte radical. Pagavam cerca de setecentos mil euros em apoios e tinham passado para os duzentos e cinquenta mil, contudo não tinham deixado de apoiar em função das propostas dos próprios clubes, diferenciando e apoiando as equipas que competiam nos campeonatos nacionais, que tinha consistido o critério inicial mas que iam tentando compor, o que aconteceria no ano de dois mil e catorze. _____

---O Membro Filipe Lopes perguntou sobre a necessidade de recorrer ao PAEL tendo em conta o superavit. _____

---O Presidente da Câmara respondeu que não estavam a falar da situação líquida da Câmara que tinha compromissos para pagar. Também ele próprio gostaria de desagrarar impostos pois residia no Concelho de Tavira e preferia pagar menos IMI, menos taxas, mas no momento não era possível porque a situação ainda estava demasiado instável. Assim, o que pretendia realçar era a necessidade de terem aquela estrutura de receita para tentarem acomodar todas as perspetivas de despesa. O trabalho que continuavam a realizar era no sentido de reduzir nas despesas correntes o que vinham a fazer diariamente, tendo ele emitido vários despachos com normas de conduta, de procedimento, por

forma a se verificarem limitações sérias ao que a Câmara ia realizando para tentarem controlar os grandes indicadores da despesa. _____

---Também, relativamente aos dirigentes, de acordo com a Lei podiam ter catorze mas tinham apenas dez, pois tinham tentado pagar menos e gastar melhor nas grandes componentes de despesa. _____

---A Membro Maria do Rosário disse que apenas pretendia questionar o Presidente da Câmara pois não via qualquer referência aos trinta mil euros para a Fábrica da Igreja de Santo Estevão, pelo que queria saber se tinham sido dados alguns passos, após a última reunião que tinham tido onde tinha sido deliberado atribuir aquela importância. Por outro lado, estranhava também não encontrar qualquer referência à ampliação do Centro de Dia para o que não havia qualquer verba atribuída e cuja obra já se encontrava em curso. _____

---O Presidente da Câmara respondeu que relativamente aos trinta mil euros a questão resultante da reunião não tinha tido qualquer desenvolvimento sendo que estavam a analisar juridicamente a atribuição do valor para o ano de dois mil e catorze em função do compromisso que quisessem assumir na primeira avaliação ou tranche, porque iria ser efetuado um contrato com aquela salvaguarda. Obviamente que pensavam liquidar para que a Câmara não ficasse com a posse do terreno. Também tinha dito na reunião que iriam liquidar em tranches se a Câmara tivesse execução financeira para o fazer, pelo que se o conseguissem, seria ótimo. A rúbrica para aquele protocolo específico para o ano de dois mil e catorze estava aberta. _____

---Quanto ao Lar, naquele momento estavam com a elaboração dos projetos. Há alguns dias, tinha tido uma reunião com a Direção do Lar e pensava que o projeto de especialidade de risco de incêndio já se encontrava terminados, sendo que avançariam para as outras especialidades. O Lar tinha ficado com a incumbência de verificar se seria mais fácil elaborar os projetos exteriormente porque a Câmara tinha algumas limitações para, de uma forma rápida, elaborar os projetos de especialidade que estavam sujeitos a prazo. Tinha sido efetuado um pedido de prolongamento do prazo ao GAL – Grupo de Ação Local que não sabia se já tinha sido deferido mas estava a ser tratado pela Direção do Lar. _____

---Para concluir, referiu que o que não constava diretamente no orçamento poderia entrar na rúbrica *outros* através de uma alteração orçamental. _____

---A Vereadora Ana Paula esclareceu que se o valor não fosse especificado entraria na rúbrica genérica, pelo que não existindo um valor concreto e um projeto aprovado não poderiam especificar no orçamento. _____

---O Membro Brandão Pires referiu que considerava que aquela era das sessões mais importantes da Assembleia Municipal. Assim, antes de se referir ao orçamento propriamente dito e à sua metodologia que não era assunto daquela Assembleia em particular mas de todas, considerava que até pela discussão que estava a ser suscitada, pelo tipo de questões levantadas, pelas questões de pormenor ou mais profundas, faria mais sentido que a discussão do orçamento fosse um pouco mais como a discussão do Orçamento Geral do Estado, ou seja, que houvesse uma discussão na generalidade e,

numa outra sessão, uma discussão mais pormenorizada de modo a ser possível receber os diferentes contributos que, obviamente eram bem-vindos, como já ali tinha sido visto em alguns casos, cujos contributos eram úteis e poderiam melhorar o orçamento. Todavia, não era o que a Lei previa, não sendo essa a metodologia e que, obviamente não iriam alterar, mas considerava que faria mais sentido pois do modo atual, era natural que aquelas sessões fossem tendencialmente muito longas por a matéria ser propícia a que tal acontecesse e ainda, pelas grandes e pequenas opções, questões de pormenor e mais gerais, sendo natural que os Deputados Municipais eleitos analisassem e questionassem sobre as várias matérias que verificando-se apenas numa sessão a tornava relativamente longa.

---Uma das áreas que mais apreciava naquele Executivo Municipal era precisamente naquela área financeira porque desde que tinham iniciado funções, há quatro anos atrás, que verificava um grande rigor na gestão dos dinheiros públicos, desde logo, com a redução do passivo que era claríssima. No que se referia aos prazos de pagamento, como o Presidente da Câmara já tinha mencionado e sobre o que ele próprio tinha batalhado, quando tinham assumido funções o orçamento era superior a cinquenta milhões de euros para uma receita efetiva que rondava os vinte milhões, sendo por isso fácil apresentar, naquele momento, um orçamento de quarenta milhões onde triplicariam as despesas sociais, o apoio ao desporto e todas as outras rúbricas, mas o que acontecia era que aquele orçamento que ali estava a ser apresentado era um orçamento realista e não para satisfazer ou para que o Executivo saísse bem daquela Assembleia, pelo contrário, tinham procurado o rigor e efetuado uma aproximação cada vez maior à realidade, o que não via em qualquer outra Câmara, um tão grande rigor entre o orçamentado e o executado, sendo por isso um aspeto importante de realçar em benefício daquela Câmara.

---Quanto à clareza das contas, já tinha integrado mais duas Assembleias Municipais, no distrito de Setúbal e Município de Olhão e tinha minimamente acompanhado outras, mas nunca tinha visto ser prestada tanta informação financeira como naquela Assembleia Municipal, mesmo relativamente a questões menos claras como era exemplo a questão delicada colocada pelo Membro Antero Romeira sobre a venda de bens de investimento, a quem a Vereadora Ana Paula, tinha tido a hombridade de explicar a razão porque tinha sido um pouco ajustado. Assim, independentemente de ser uma Câmara do PS, ou de outra formação, julgava ser um ponto a relevar da ação da Câmara Municipal tanto pela forma como tinham vindo a gerir as contas do Município como pela sua clareza, fornecendo toda a informação que por vezes até o surpreendia, por o Presidente da Câmara explicar todas as razões, as questões dos contratos, como por exemplo, quando tinha sido abordada a questão da regularização do contrato do Gran Plaza que tinha prestado toda a informação financeira o que era pouco habitual. _

---Ainda a propósito do Orçamento Geral do Estado que também era muito rigoroso, um orçamento de contenção, estava cheio de rúbricas de provisões, de despesas inesperadas que não se sabia muito bem para o que eram e ao que a Câmara também podia ter recorrido, mas tinha atribuído zero, não

utilizando aquele mecanismo, pelo que, do seu ponto de vista, não existia qualquer dúvida de que a metodologia que estava a ser seguida, sendo naturalmente possível criticar as opções, considerar que o caminho poderia ser outro, mas quanto à questão técnica de conceção orçamental, e falando enquanto economista e não contabilista ou financeiro, não tinha dúvidas que tinha vindo a ser realizado um excelente trabalho naquele domínio e mais uma vez referia que não se cansava de elogiar o Executivo naquela matéria. _____

---O Membro Brandão Pires referindo-se à tabela de taxas disse que pensava que estavam a ser algo reféns do Regulamento de Taxas. Tinha estado a fazer alguns cálculos e verificado que existia uma quantidade de taxas que todas somadas não deviam atingir os quinhentos mil euros, sendo que uma atualização de zero vírgula nove por cento, significava quarenta e cinco mil euros por ano. Considerava que era mais trabalhada a atualização das taxas do que a receita a arrecadar propriamente dita. Talvez fosse preferível que se libertassem daquele Regulamento de Taxas que obrigava a sua atualização segundo a inflação, do que estar de facto a atualizar, pois existiam taxas que não compensava serem atualizadas, razão porque recomendava à Câmara que pensassem na atualização do Regulamento de Taxas em substituição das taxas propriamente ditas. _____

---No que se referia ao mapa de pessoal considerava que eram um mapa bastante contido, sendo um bom exemplo para a governação nacional por o número de dirigentes ter ficado muito aquém e mesmo do que resultava da Lei, nomeadamente, o Gabinete do Presidente e os Gabinetes dos Vereadores, tinham sido constituídos de forma o mais parcimoniosa possível. _____

---Passando ao orçamento propriamente dito e às grandes opções do plano, como já tinha referido, existiam imensas questões a debater, que gostaria e teria interesse no pormenor mas, em termos gerais, considerava que se verificava uma tendência que devia ser assinalada, que embora ainda não tivesse sido conseguida, acreditava que seria possível conseguir a redução das despesas correntes e o aumento das de capital. No orçamento em análise já se verificava aquela situação em termos percentuais e não era um grande ano para o aumento das despesas de investimento por uma razão que o Presidente da Câmara ali tinha referido “*en passant*” e que se relacionava ao facto de estar a ocorrer a transição para um novo Quadro Comunitário de Apoio que não se resumia ao PO Algarve mas a todos os programas que podiam participar investimento municipal que, quanto muito, estariam disponíveis no final do ano de dois mil e catorze, o que duvidava, mas seria sobretudo em dois mil e quinze que se iniciaria. Assim, havia que fazer um compasso de espera para concorrer aos apoios de modo a que a Câmara pudesse fazer investimentos de forma participada. _____

---O Membro Dinis Faísca referiu que antes de mais pretendia dizer que aquele não era um assunto que dominasse pois não se movimentava muito pelo mundo dos números. Assim, não iria fazer qualquer observação técnica acerca do orçamento mas antes uma observação superficial e certamente cheia de incorreções. _____

---Em primeiro lugar, olhando de uma forma geral para o orçamento, queria felicitar o Executivo por ter elaborado um orçamento muito próximo da realidade o que era de louvar. _____

---Em segundo lugar e olhando para os números de uma forma leiga, numa observação muito genérica, tinha verificado a existência de dezanove milhões e quinhentos mil euros com despesas correntes da Câmara Municipal, funcionários e outras despesas. Depois o orçamento parecia-lhe estar, como ali já tinha sido dito, inflacionado em cerca de sete milhões de euros o que significava, pelo menos de acordo com a sua análise, conforme constava na página número onze sobre as vendas de bens e investimento que tinha seis milhões, novecentos e noventa e três mil, duzentos e sessenta e três euros que, num orçamento de trinta e dois milhões e quinhentos mil euros onde dezanove milhões e quinhentos mil euros eram para despesas correntes, restavam apenas onze milhões onde existia um empolamento de sete milhões, ficariam a restar apenas quatro milhões. Dos quatro milhões, um milhão e oitocentos mil destinavam-se à TaviraVerde para a manutenção dos espaços verdes e limpeza das praias, pelo que, para investimento ficavam apenas dois milhões. _____

---Por fim pretendia expressar a sua surpresa e não entrando na questão dos números, se eram cem, cento e cinquenta ou duzentos e cinquenta, que eram destinados à ação social, se bem que se recordava de em frente à Escola Secundária, durante a campanha eleitoral, ter estado um placard que citava a educação e ação social como prioridades, pelo que, estranhava que fossem precisamente as únicas áreas onde se tinha verificado uma redução de quarenta e dois por cento para a ação social e vinte por cento para a educação. _____

---O Presidente da Câmara referiu que aquela questão já tinha sido explicada. _____

---O Membro Dinis Faísca mencionou que de facto tinha, mas talvez pudessem ter sido reduzidos outros âmbitos, estando apenas a referir-se em termos do que tinha sido proposto em campanha eleitoral e o que se efetuava posteriormente. _____

---Para concluir, disse que também estranhava o porquê da não existência do orçamento participativo para aquele ano e onde se enquadrava no orçamento o investimento que tinha ganho o primeiro e último orçamento participativo realizado, se realmente tinha sido concretizado. _____

---O Presidente da Câmara informou que relativamente ao orçamento participativo, tendo sido aquele ano de eleições, tinham resolvido não o lançar. As eleições tinham-se realizado no dia vinte e nove de setembro passado, pelo que, verificando-se a possibilidade de perderem as eleições porque apenas as ganhavam após a contagem dos votos, tinham deixado algumas questões em aberto, não tinham analisado todos os documentos, pelo que, nos últimos dois meses tinham tido um reforço de trabalho devido ao facto das eleições terem ocorrido numa época que considerava má. _____

---No corrente ano não haveria orçamento participativo, pelo que, quanto à surpresa expressa pelo Membro Dinis Faísca, queria informar que não era qualquer surpresa e que o projeto da Onda Sólida que tinha ganho seria concretizado muito brevemente no local designado, e talvez por algum pudor, sem que aquele estivesse concretizado não lançariam outro por considerarem embaraçoso estarem a

lançar um segundo orçamento participativo sem o primeiro estar concretizado. Pelo menos tinham algum pudor e assumiam o que não conseguiam fazer porque o maior político, apesar de não se intitular como tal, era aquele que diariamente falava e pensava política. Assim, enquanto não tivessem concretizado o compromisso de aumentar a sede da Associação Onda Sólida que era algo estratégico importante e que estava contemplado no orçamento não lançariam novo orçamento participativo, que fariam com tempo para que fosse discutido e possivelmente até servir de base à proposta do Membro Brandão Pires sobre a forma de discutirem as GOP no ano seguinte. _____

---Tinha referido as duas razões pelas quais não tinham realizado o orçamento participativo, sendo que o facto de se terem realizado eleições não convidava à sua realização por não existir suficiente estabilidade para a discussão, para todo o trabalho que tinha que ser desenvolvido, como percorrer as freguesias e fazer a sua apresentação que poderia ser caracterizada como politiquice e misturada com a campanha eleitoral. A outra razão consistia no facto de estarem em falta com a Associação Onda Sólida, que seria colmatada pois que se desenganassem os que pensavam que se tinham esquecido, que não se esqueciam de nenhuma das intervenções que tinham sido sufragadas pelos tavirenses, apenas aquela era obrigatória, sendo que a outra era apenas consultiva, tendo contudo várias já sido concretizadas ou em fase de concretização, nomeadamente, a questão da passagem de nível do acesso de Conceição a Cabanas. _____

---Quanto ao apoio social, o Presidente da Câmara afirmou que já tinha prestado todos os esclarecimentos relativos à questão porém esperava que a situação financeira melhorasse para que as pessoas pudessem encontrar emprego porque, verdadeiramente, os tavirenses o que pretendiam era trabalhar e não viver de subsídios sendo que a matriz das pessoas de Tavira, que conheciam, era a de possuir um posto de trabalho onde auferissem o suficiente para suprir as suas necessidades. Era pois aquele o espírito dos habitantes do Concelho de Tavira, que todos conheciam, sendo por onde considerava que deviam de começar. _____

---Daquilo que já tinha explicado, os apoios sociais a prestar seriam os que constavam no orçamento e os reforços que se viessem a considerar necessários em função do trabalho da ação social pois não pretendiam que se verificassem carências graves sendo que as primeiras necessidades tinham que ser supridas, pelo que queria levar à colação algumas questões que, provavelmente, não contavam para nada, mas quando tinham assumido funções na Câmara, no primeiro mandato, não haviam apoios escolares a todas as famílias com crianças até ao quarto ano, o que se verificava atualmente. Por aquela altura verificavam-se muitas falhas nas escolas sendo que presentemente tentavam que as questões fossem resolvidas atempadamente, não havia transportes para deficientes e presentemente existiam, sendo que tentavam prestar o melhor apoio, porque o melhor apoio era aquele que parecia que não era prestado. Procuravam ter uma visão sobre as coisas quanto às faltas e relativas às famílias, muito para fazer, muito a que não conseguiam chegar, e que assumiam, mas podiam estar certos que na área social fariam o melhor que fosse possível, sendo que o pior que poderiam fazer era

prometer o que não podiam cumprir e também não necessitavam de agradecimentos. Sobre o valor atribuído à rúbrica, podiam referir constantemente os cem mil euros, mas a rúbrica era uma coisa e o sentimento das pessoas sobre a atribuição ou não de apoios por parte da Câmara ou da rede social era outra. Se a situação social melhorava ou piorava, não dependia apenas da Câmara mas essencialmente do Governo, das empresas, da confiança e tudo o que todos ali acreditavam, tendo ele, nessa questão, algo da matriz social-democrata, pois acreditava que a economia devia ser também impulsionada pelo privado e não apenas pelo Estado. _____

----Para concluir, referiu que veriam o que o ano de dois mil e catorze reservava, pelo que aparentava e da análise dos políticos nacionais parecia melhorar, contudo, até ao momento não tinham sentido quaisquer melhorias sendo o que pensava que concluíam com todos os ali presentes. _____

----O Membro João Carvalho referiu que um dos lados perversos de votar um orçamento em que o Presidente da Câmara tinha a maioria que lhe agradava era o facto de poder votar sem ir contra os seus princípios e os seus valores sendo daquele modo também responsável e não impedindo a Câmara de ter orçamento. Aproveitava para referir que iria votar contra. _____

----Na Assembleia Municipal anterior tinham discutido as taxas de IMI e lembrava o Membro Antero Romeira que tinha sido ele o único a votar contra. O Presidente da Câmara não tinha apresentado qualquer tipo de previsão, todavia constava o valor de seiscentos e onze mil euros o que refletia um aumento com o qual se tinha congratulado ou, pelo menos, tinha ficado satisfeito uma vez que o Governo iria cortar nas transferências, contudo tinha-se esquecido que aquele valor recaia sobre as famílias. Perguntava se o Presidente da Câmara tinha consciência de quantas famílias não tinham conseguido liquidar o IMI do ano de dois mil e treze, quantas tinham sido penhoradas por não o terem pago, e que estando aquele aumento relacionado com as novas avaliações, essas famílias ainda iriam ter mais dificuldades. Na altura, o Presidente da Câmara tinha justificado que o valor seria para integrar a ação social, sendo necessário efetuar um reforço aos carenciados, pelo que tinha percebido que o Presidente se estava a manter fiel aos princípios do socialismo acabando com o que era dos privados, podendo o dinheiro gerar dinheiro para o Estado para este distribuir, que era o principio do socialismo que tinham visto no século vinte e aonde tinha levado Portugal. _____

----A pergunta que tinha formulado relativamente à Feira da Dieta Mediterrânica não tinha sido inocente, e tendo votado favoravelmente a congratulação, aproveitava para parebenizar publicamente o Presidente da Câmara que tinha conseguido pegar numa realidade que era geográfica internacional mediterrânica, a tinha levado à apreciação do Mundo inteiro e queria realizar uma feira para as pessoas, da Atalaia até à Porta Nova, visitarem. Esperava que aquela fosse uma oportunidade para que Tavira que considerava ser da concordância de todos, que finalmente tivesse um desígnio, uma mega promoção a nível nacional e até internacional já que englobava países como a Grécia, Itália entre outros. Assim, podia fazer daquele feito algo que tivesse um pouco de projeção, com a cozinha dos Guias Michelin, proporcionando que a Feira fosse diferente do que tinham visto, não tendo apenas

produtores de azeite de Santa Catarina. Tinha ficado desiludido pois via naquele tema alguma relevância para o futuro. Era dos que iam para aquela Assembleia considerando que existiam divergências políticas, todos os que ali estavam tinham as suas ideologias, mas todos queriam o melhor para o município, pelo que a diferença consistia apenas nos diferentes caminhos para o atingirem. _____

---O Membro João Carvalho referiu que quanto ao IMI havia uma enorme diferença e apenas por essa questão já votaria contra. Depois, quanto ao Verão em Tavira, questionava sobre porque não terminava e entregava a questão aos privados que tinham bares, restaurantes, um conjunto de empresários em Tavira que pretendiam investir, conhecendo ele quem tivesse tido que cancelar a vinda de artistas, a quem tinham pago, porque a Câmara Municipal, de repente, ia realizar um evento que era pago por todos os contribuintes, cuja verba não gerava riqueza e que a Câmara nem pedia aos que há décadas viviam por conta, nomeadamente os restaurantes e bares localizados no centro da cidade. Todos os outros tinham um regime de exclusão porque não beneficiavam dos eventos. Assim, considerava que era altura de começar a pensar naquela questão e entrega-la aos privados deixando que os vários restaurantes, bares ou outros dinamizassem que, certamente os atuais espetadores não deixariam de assistir mas circulariam gastando dinheiro nos diferentes bares que ao terem mais clientela criariam mais emprego. Considerava o Verão em Tavira um *“bluff”*, sendo que ninguém se deslocava apenas para ver folclore ou o que quer que fosse, não se estando a criar uma marca diferenciadora de coisa alguma porque Tavira não era reconhecida com a programação existente no Verão em Tavira, que considerava uma miséria, ou com a Feira da Dieta Mediterrânica à dimensão atual. Aquela era a sua opinião. _____

---Pretendia focar ainda outro pormenor que se referia aos fundos comunitários. A menção a fundos comunitários tinha desaparecido do orçamento e apesar de não ser Deputado Municipal há altura, lembrava-se que os orçamentos dos últimos oito anos que por ali tinham passado se referiam constantemente aos fundos comunitários. Se os técnicos eram os mesmos, os fundos existiam, possivelmente mais ligados aos privados mas com a Câmara a geri-los ou a pedi-los, perguntava sobre o que estava a acontecer, qual era o problema, porque tinham acabado sendo que a Europa tinha desaparecido completamente do orçamento. _____

---Não se querendo alargar, pretendia responder ao Membro Brandão Pires quanto ao orçamento ser muito rigoroso mas, se tivesse que incorporar, por exemplo estradas alcatroadas em cima da hora, seriam incorporadas. Portanto não tinha percebido bem o comentário já que tudo era possível. _____

---Para concluir disse que ficava contente que a Câmara tivesse um orçamento e que o seu voto contra não o retirasse, contudo tinha marcado ali as suas diferenças e era isso que lhe importava. _____

---O Presidente da Câmara referiu que tinha quarenta e seis anos e gostava muito do Independente com as parangonas muito grandes que o Paulo Portas escrevia e, sendo o Membro João Carvalho um seguidor de Paulo Portas deveria aprender mais com ele. Tinha gostado do início da intervenção mas

depois verificava que tinha efetuado uma análise muito pouco aprofundada do documento. De qualquer forma e, obviamente, respeitando a opinião expressa, não esperava que votasse de modo diferente. _____

---Considerava importante realçar que sendo obviamente avaliado todos os anos, seria-o na totalidade no ano de dois mil e dezassete e, como o Membro Brandão Pires tinha referido, não tinha qualquer problema em tentar que aquela administração fosse o menos opaca possível. Obviamente que existiam sempre questões que falhavam, que escapavam pois ele também não sabia tudo, sendo aquele o espírito partilhado por todos nas Reuniões de Câmara que eram construtivas e onde ouviam as intervenções, como por exemplo a que o Vereador Jorge Corvo tinha feito onde tinha apelado a que pudessem construir alguma coisa. Assim, queria afirmar que aquelas eram as opções que podiam ter, que podiam ser outras mas que na perspetiva do Executivo eram aquelas as que, para o atual primeiro ano de mandato, materializavam o programa que tinha sido sufragado. _____

---Relativamente à Feira da Dieta Mediterrânica, do que tinha explicado, realçava que tinha dito que não havia ainda um programa elaborado que tinha que ser discutido e para o qual ainda dispunham de alguns meses para o materializarem. A candidatura tinha sido aprovada no dia quatro passado pois considerava que o programa se elaborava após e não antes da aprovação. Esperavam fazer um programa de qualidade que colocasse Tavira no mapa com a organização de um grande evento e outros que atraíssem turismo de qualidade e conseqüentemente melhorassem a economia. _____

---Referindo-se às palavras do Membro João Carvalho quando tinha mencionado que o programa não estava elaborado, ele tinha-o acabado de referir, mas não lhe parecia que mencionar as pessoas da Atalaia ou Porta Nova com o ar jocoso ou desprimoroso como o tinha feito, porque quando necessitavam dos votos também aí iam pedi-los, lhe ficasse muito bem, pelo que pensava que seria bom que o Membro refletisse bem no que tinha dito. Considerava que o que tinha dito tinha sido muito desprimoroso porque estava a desqualificar um bairro de pessoas humildes e honestas, como o Bairro da Atalaia, onde vivia muita gente honesta e séria e a quem iam pedir votos quando eram precisos. _____

---Quanto à questão do Verão em Tavira ser entregue aos privados, o assunto estava completamente aberto deixando ali o seu compromisso de conversar com o representante do CDS-PP no sentido de que reunissem com os privados para saber quem estava disponível para investir, pois era importante que o soubessem. A Câmara tinha o papel coletivo importante de dar o início da noite às pessoas que visitavam Tavira, no que já existia alguma tradição, sendo que para complementar a noite o papel cabia aos privados. Considerava que não deviam misturar as situações e porque tinham um amigo ou outro proprietário de um bar ou de um restaurante, querer inverter as coisas porque, na sua opinião, eram os privados que tinham que ser supletivos à proposta da Câmara, porque se fossem elaborar um programa de privados, seria possível que este fosse algo incipiente. Para completar aquele caminho que pensava ser o caminho a seguir, tanto mais que a Câmara também concordava que os privados

deviam de investir mais, estava disponível para conversarem e tentarem construir um programa em conjunto onde também entrassem. O que esperava era que os privados tivessem a ousadia, a competência, a disponibilidade para aproveitar, por exemplo os da restauração, e laminarem com a Câmara o “*diamante*” colocando uma ou duas receitas de Dieta Mediterrânica nos seus menus. Esperava que pelo menos aquilo acontecesse, para o que iriam ser desafiados, pois parecia vergonhoso que qualquer restaurante do Concelho não passasse a ter receitas de Dieta Mediterrânica.

---Mencionando a questão da grande abrangência dos fundos comunitários e a incompetência do Executivo naquela matéria, que tinha sido apontada pelo Membro João Carvalho porque o orçamento não continha fundos comunitários, o Presidente da Câmara referiu que, no momento, não existia qualquer ação aberta a que a Câmara se pudesse candidatar o que também não se iria verificar nos cinco ou seis meses seguintes por muito que o Membro quisesse acelerar pois estava a terminar um Quadro Comunitário, pelo que, no dia um de janeiro seguinte entrariam no período “*N+2*”, o que significava que não iriam ser aprovadas mais candidaturas, dispondo de dois anos para que fossem executadas as que estavam aprovadas no presente Quadro Comunitário, sendo que, apenas no segundo semestre do ano de dois mil e catorze, se tudo corresse bem, poderiam começar a haver novamente ações para apresentação de candidatura, que ocorreria quando teriam um conjunto de rubricas que poderiam dimensionar para obter participações nacionais após a aprovação das candidaturas, o que não iria acontecer antes do final do ano de dois mil e catorze, início do ano de dois mil e quinze e cujo cenário já tinha sido apresentado pelo Membro Brandão Pires. Com base naquela perspectiva seria natural que o orçamento do ano de dois mil e quinze fosse diferente do orçamento em análise.

---Para terminar disse que respeitava a opinião do Membro que conhecia há muitos anos, não pessoalizava as questões, mas considerava que se diziam algumas coisas na Assembleia Municipal que vinculavam as pessoas e a própria bancada onde estava incluída, sendo que pensava que referirem-se realisticamente às questões como elas eram, que interessavam e que opinião tinham, lhe parecia muito bem, porém a política era todos os dias e as eleições apenas no ano de dois mil e dezassete.

---O Membro João Carvalho referiu que tinha sido efetuada uma insinuação quanto à Atalaia e à Porta Nova que considerava conter má vontade por parte do Presidente da Câmara porque ele apenas se tinha pretendido referir ao facto de se encontrarem perto do local da realização da feira podendo deslocar-se a pé. Podia ter falado em Cachopo mas não se deslocavam para assistir a um concerto da Banda Filarmónica do Exército, por isso, considerava ter havido má vontade e algo de política “*baixa*” porque se a campanha eleitoral já tinha terminado, não era o que parecia por parte do Presidente da Câmara.

---Acrescentou que também considerava má vontade quanto à questão dos privados e referia-o porque também tinha amigos noutras cidades, que não eram socialistas, e onde as pessoas iam aos restaurantes, bares e esplanadas sendo assim que funcionava a economia local, não propriamente

com o dinheiro dos contribuintes, tudo concentrado no meio da cidade, onde se realizava uma hora com algum evento e depois todos iam embora. Aquela era a sua opinião, que esperava que compreendesse que não era nada contra o Presidente, e que fizesse como entendesse. _____

---O Membro José Graça referiu que, naquela Assembleia, era obrigado a lembrar alguns membros que a campanha eleitoral tinha terminado no dia vinte e sete de setembro passado. Tinham sido eleitos para um mandato de quatro anos para exercerem funções com responsabilidade e empenhamento, sendo que a Assembleia não era propriamente um Jardim Escola ou Parque Infantil de alguns. Estavam a tratar de um documento que era fundamental para a atividade do Município do ano seguinte, sobre o que várias pessoas de várias bancadas já ali tinham elogiado o trabalho, o rigor e a honestidade do Executivo Municipal e a sua participação com os demais membros dos outros partidos que integravam o Executivo não permanente, pelo que estarem ali a fazer gincana política com um Verão em Tavira que ao longo dos últimos doze anos tinha sido avaliado positivamente, era inaceitável. Gostava que lhe apresentassem, uma cidade, um Município do Algarve que com os meios disponíveis o tivesse feito, pelo que elogiava Macário Correia que tinha lançado o Verão em Tavira tal como o fazia relativamente ao atual Executivo que o tinha sabido continuar com um enquadramento financeiro muito difícil e de grandes constrangimentos. _____

---Tinham atuado em Tavira, pela primeira vez a nível nacional, grupos que atualmente eram uma referência a nível mundial como o caso dos “*Deolinda*” e outros, não tendo sido possível atuarem muitos mais porque, de facto, os constrangimentos financeiros, eram grandes. Contudo lembrava-se que no Verão em Tavira do ano de dois mil e onze tinham tido na programação grupos que atualmente eram bandeira do país em termos de música moderna portuguesa e de música que representava Portugal. _____

---Por outro lado não aceitava que passado pouco mais de uma hora sobre a aprovação por unanimidade de uma moção onde se tinham congratulado com a aprovação da Dieta Mediterrânica fosse colocado em causa o trabalho da equipa técnica que tinha organizado a primeira feira. Dirigindo-se diretamente ao Membro João Carvalho, o Membro José Graça referiu que caso não tivesse estado atento tinham passado por aquele espaço na baixa de Tavira, alguns dos melhores Chefes nacionais que atuavam naquela área e de cuja Comissão fazia parte o Turismo de Portugal representado através da sua rede de Escolas de Hotelaria e Turismo de que ele tinha orgulho de ter sido Diretor de uma delas e onde estavam representados os melhores formadores a nível mundial, naquela área. Recordava que muitos dos jovens formados naquelas escolas, que alguns tinham estado presentes na feira em Tavira, saíam diretamente para trabalharem nas melhores cadeias de hotéis a nível mundial. Na feira tinham estado presentes os melhores produtores dos produtos que tinha acabado de ser consagrados, que eram da terra tendo que ser valorizados a nível internacional. O Membro João Carvalho tinha-se referido ao azeite de Santa Catarina, pois ele falaria do medronho de Cachopo, do sal de Rui Semião, que também tinha acabado de ser consagrado a nível mundial como uma referência

ecológica e como DOP – Denominação de Origem Protegida, para o que até deviam de ter tido um voto de congratulação no período antes da Ordem do Dia que não tinham feito. Era o resultado de um trabalho de anos que tinha acompanhado pessoalmente quando trabalhava na Secretaria de Estado das Pescas e Rui Semião e alguns outros produtores de sal de Castro Marim e Vila Real de Santo António tinham iniciado o processo apenas concluído por Rui Semião. Estavam pois a referir-se a pessoas que tinham dado a sua vida para concretizar aqueles desígnios. _____

---Referindo-se ao que o Presidente da Câmara tinha terminado de dizer, considerava que era muito importante e teriam pela frente um desafio e trabalho muito grandes. O levantamento do Inventário do Património Imaterial estava no seu início sendo o Plano de Salvaguarda o documento que iria reger nos anos seguintes, pelo que relativamente àquela matéria esperava que o Membro João Carvalho refletisse bem sobre o que tinha dito. _____

---O Membro José Graça continuou mencionando que quanto à Europa, o Membro Brandão Pires tinha explicado o que se estava a passar relativamente ao período de transição dos QCA's. Todos naquela sala sabiam que o Algarve era uma região que estava em *"phasing out"* mas relativamente àquela matéria o Membro Brandão Pires podia explicar por dominá-la melhor. Quanto à questão do Quadro Comunitário de Apoio seguinte, queria lançar um desafio ao Presidente da Assembleia no sentido de convidar, de promoverem, seguindo a sugestão do Membro Brandão Pires, uma sessão extraordinária daquela Assembleia Municipal com a presença do primeiro secretário da AMAL para ali fazer uma apresentação do trabalho que estavam a realizar na preparação do novo Quadro Comunitário de Apoio. Havia um trabalho que transitava da presidência anterior, de Macário Correia, e que o atual Presidente da AMAL tinha continuado, que consistia na avaliação das necessidades da região, no que estavam todos os Municípios estavam envolvidos sob a coordenação da AMAL e estreita cooperação com a CCDR. Assim, propunha que o Presidente da Assembleia Municipal promovesse uma sessão extraordinária daquela Assembleia exclusivamente com aquele ponto na Ordem de Trabalhos para que todos os membros tomassem conhecimento do trabalho que estava a ser realizado e também para que o Presidente da Câmara pudesse explicar quais as pretensões do Município de Tavira naquele capítulo porque, de facto, sabia que ao longo dos seis meses seguintes iam falar muito da Europa que era uma realidade cada vez mais presente no quotidiano e, porque pensava que aquela Assembleia, nos próximos orçamentos onde a questão iria ter outra relevância, tinha que estar devidamente informada para agir em conformidade. _____

---O Membro Carlos Rodrigues começou por elogiar a intervenção do Membro José Graça de que tinha gostado. Queria apenas colocar uma questão ao Presidente da Câmara sobre o plano de atividades e orçamento pois apenas encontrava uma única obra para Santa Luzia e que se tratava da estrada para o Aldeamento Turístico de Pedras D'el Rei do Polis, pelo que, queria saber se de facto assim era. _____

---Também gostava de saber se dentro de alguma das rubricas do orçamento se encontrava verba para o apoio à festa de Santa Luzia que era considerada a maior festa popular que se realizava no Concelho de Tavira, havendo mesmo quem dissesse que era a maior festa popular que se realizava no Algarve. Assim, a verba podia estar diluída nalguma rubrica que ele não conseguia identificar. _____

---Continuou dizendo que também constava o arrelvamento do campo de futebol junto ao pavilhão Eduardo Mansinho. Já há alguns anos que se debatia com a questão de que aquele arrelvamento deveria ser efetuado no campo municipal em Santa Luzia, sobre o que já tinha falado com o Presidente da Câmara, pois Santa Luzia tinha terminado com o futebol porque não era permitido jogar no pelado. Em Tavira já existia um campo relvado que era pago pela Câmara e que apenas tinha que ser bem gerido para que todos ali pudessem jogar. Jam fazer mais um campo relvado em Tavira quando a única equipa de futebol de onze que existia no Concelho de Tavira era, ou tinha sido em Santa Luzia, que já tinha estado na terceira divisão do campeonato nacional. _____

---O Presidente da Câmara tinha-se referido aos apoios que no corrente ano tinham sido dados aos clubes mas não sabia se no ano seguinte o Clube Recreio Desporto Santaluziense iria receber algum apoio, contudo gostava de lembrar que o Clube para além do futebol cinco, tinha atletismo, teatro, karaté, crosstraining e futevôlei e presentemente com a construção do campo que estava a ser executada, certamente que muitos começariam a praticar aquela modalidade alvo do maior torneio de verão do Concelho, como já tinha frisado, pois tinham uma etapa do campeonato nacional que arrastava milhares de pessoas a Tavira. Tinham também a corrida de São Silvestre que se tinha realizado recentemente e onde tinham participado trezentos atletas. A maratona de futebol cinco era das melhores que se realizavam no Concelho, tinham campeões regionais de atletismo e podium a nível nacional e parecia que o clube de Santa Luzia não existia. Era o clube mais eclético de Tavira não tendo apenas ciclismo, vela ou andebol mas sim um conjunto de modalidades. Pensava que os apoios ao desporto eram dados à formação mas o que verificava e pelo que constatava no orçamento, não tinha a certeza disso porque lhe parecia que a Câmara estava a pagar os salários a alguns atletas de alta competição, todavia não o estava a afirmar, mas pelos valores não deviam de ser para a formação. Porém, era um amante de todas as modalidades desde a vela ao ciclismo tendo mesmo um irmão que era ciclista e que tinha falecido numa prova de ciclismo, pelo que, considerava que todo o apoio que fosse possível dar ao ciclismo não seria demais, contudo estranhava que outros clubes não pudessem também ser apoiados. _____

---Relativamente ao Verão em Tavira, reforçando que tinha gostado da intervenção do Membro José Graça, considerava que era uma mais-valia para Tavira e que movimentava a cidade. Todavia apenas pretendia pedir ao Executivo da Câmara que não repetisse o que constantemente fazia e para o que ele todos os anos alertava, que mantivessem o Verão em Tavira, que o levassem para qualquer lugar mas que não realizassem concertos como tinha acontecido com o de Jorge Palma, Amor Electro ou Rui Veloso, nos dias da festa de Santa Luzia, pois sendo os apoios eram cada vez menores sendo a Câmara

o maior patrocinador que esperava continuasse a ser, aquela situação levava à falta de público bem como a dificuldades de equipamento como se tinha verificado há dois anos atrás que a Câmara tinha tido que recorrer a outras Câmaras para conseguir cadeiras, baias entre outros, porque todo o equipamento estava no Quartel para a realização de um concerto no âmbito da programação do Verão em Tavira que era muito mais importante que as tradicionais festas em honra dos pescadores de Santa Luzia. Para concluir disse que gostava do Verão em Tavira com todos os eventos que realizavam até porque o seu secretário costumava cantar o fado e bem, mas pedia que fosse feito um esforço para que os eventos não coincidisse com os dias da festa de Santa Luzia, ou pelo menos, que fosse folclore ou a Banda de Tavira, não lhes querendo retirar o mérito, até porque a Banda de Tavira tinha dado um concerto no Largo da Igreja de Santa Luzia integrado na programação da Vila Natal. _____

----Pretendia também questionar o Presidente da Câmara, pois considerava tratar-se de um mal-entendido, sobre os pinos da Av. Eng^o. Duarte Pacheco onde constantemente se verificavam acidentes. Era uma obra da arquiteta Ana Paula Carvalho que já tinha dado autorização para que fossem retirados e substituídos. As pessoas continuavam a cair e a imputar-lhe a culpa. Assim, queria saber se a verba para aquela alteração estava compreendida no orçamento. _____

----Para terminar referiu que no plano de atividades constava o projeto, não a obra, de requalificação da Rua Joaquim Soares e rotunda, o plano de mobilidade e acessibilidade da Vila de Santa Luzia, o Núcleo Museológico do Polvo, pelo que gostava que o Presidente da Câmara lhe explicasse se voltavam a ter o projeto de requalificação da Rua Joaquim Soares, se o plano de mobilidade e acessibilidade que já existia há seis anos era realmente para avançar ou se seriam apenas para constar nos planos de atividade de todos os anos, e se o Núcleo Museológico do Polvo que há cinco anos atrás tinha uma tomada de corrente elétrica um palmo deslocada sendo apenas necessário efetuar a correção ao projeto colocando-a no lugar correto, se seria para o projeto avançar, ou se iriam elaborar um novo projeto ou ainda se, se tratava da correção da mesma tomada de corrente elétrica. _____

----O Presidente da Câmara referiu que pretendia dizer ao Presidente da Junta que não tinha nada contra Santa Luzia apesar de, pela sua sensibilidade auditiva, lhe parecer que existia alguma reserva mas, insistia que nada tinha contra Santa Luzia e se a obra constante no orçamento fosse concretizada seria muito bom porque muitas freguesias não tinham qualquer obra inscrita. Reforçou que nada tinha contra Santa Luzia e nada o faria sair do sério em relação a Santa Luzia ou a qualquer outra freguesia. _____

----Quanto à festa de Santa Luzia informou que teria o mesmo apoio que tinha tipo nos últimos anos, catorze mil euros, que seria o mesmo valor por forma a não se verificarem discriminações. Referia que a festa de Santa Luzia era importantíssima para o Concelho, sendo que via Tavira com seis freguesias de enorme riqueza nada levando a que uma ou outra fosse penalizada porque o respetivo Presidente ou qualquer outra pessoa tinha tido uma ideia, em determinada altura, diferente da sua. Não era aquela a sua matriz, não funcionava daquele modo, contudo queria dizer que relativamente às obras seriam executadas consoante as prioridades por ele definidas de acordo com a matriz que o Executivo,

enquanto equipa, decidisse ou de acordo com as urgências que tivessem porque tinham sido eleitos para definir um conjunto de prioridades, sendo que, se o mesmo se verificasse nas freguesias, se tivessem meios, obviamente que tinham toda a autonomia para executarem um conjunto de intervenções. _____

---Relativamente à obra dos pinos da marginal, a reparação seria às expensas da Câmara pois aquele piso estava perigoso, sendo que já deveria de ter sido concretizada contendo o orçamento uma rubrica com dotação para a mesma que teria um custo de doze mil euros. Seria executada pois já demasiadas pessoas ali tinham caído, todavia não estava a ser fácil por não disporem de verba. Iam solicitar autorização à arquiteta Ana Paula Carvalho, a questão estava avaliada sendo para lançar concurso cuja opção mais barata era a de virar os pinos ao contrário ficando o passeio livre. Esperava que tudo corresse bem pois não queria que se verificassem mais acidentes porque, de facto, no estado atual tornava-se perigoso. _____

---No que se referia às obras da marginal da Sociedade Polis, o compromisso da obra era de seiscentos mil euros sendo que completava as obras da marginal de Santa Luzia com a ligação da EM – Estrada Municipal 508, que não conhecia como estrada de Pedras D’el Rei mas como EM 508 que atravessava Pedras D’el Rei, constituindo-se como o acesso poente a Santa Luzia enquanto não existisse outro. A operação de requalificação estava aprovada sendo que, presentemente, estavam a discutir com a Sociedade Polis os moldes do contrato. A empreitada estava orçada em seiscentos mil euros dos quais estava previsto que a Câmara suportasse cento e cinquenta mil euros acrescidos de cinquenta mil euros do capital social. _____

---O Presidente da Câmara continuou referindo que para o caso de não terem reparado, a Rua Joaquim Soares encontrava-se pavimentada faltando apenas os arranjos exteriores para os quais ainda não tinham conseguido ter verba, mas que iriam executando consoante fossem dispostos de liquidez para executar os passeios e os remates finais. _____

---Quanto ao Clube Recreio Desporto Santaluziense já tinha referido que a atribuição dos apoios dependia do RMAAD e das propostas em função de um conjunto de critérios. Não havendo disponibilidade financeira para tudo, o que iriam tentar fazer era selecionar os campeonatos nacionais porém, não era apenas com verba que apoiavam os clubes dando-lhes imenso apoio logístico que custava dinheiro. Cediam os PA, por vezes o técnico, as baias, as tendas, os autocarros e um conjunto de outras coisas como os Presidentes de Junta sabiam. Algumas Câmaras que não cediam equipamentos, pelo que, se fossem quantificados representavam um custo para o Município, pois ao falar-se em apoios não se podia apenas pensar em dinheiro. _____

---No que dizia respeito às outras obras, diria que o campo de futebol junto ao Pavilhão era de futebol sete e estava prevista a construção de um ou dois campos de futebol sete, escolas, que era o problema que tinham. O campo de futebol onze continuaria a ser do Ginásio Clube de Tavira porque iam continuar a pagar o protocolo estabelecido no valor de mil, quatrocentos e sessenta euros mensais em

função do direito de superfície de vinte e cinco anos resultante do arrelvamento que tinha sido executado no mandato anterior e que tinham vindo a respeitar escrupulosamente, não tendo executado quaisquer benfeitorias conforme o Ginásio pretendia, que até estavam protocoladas, mas não dispunham de verba para o realizarem. Naquele particular, estavam em incumprimento, pelo que assumiam as queixas mas não existindo verba para tudo, tinham outras prioridades. _____

--- Para que não se verificassem conversas deturpadas nas freguesias, considerava importante que ficasse bem claro que não tinha nada contra qualquer freguesia sendo que eram todos cidadãos do Concelho de Tavira. O Presidente da Câmara de há quatro anos tinha muitos Presidentes de Junta com razões de queixa relativas a questões que não tinham sido resolvidas, mas não o tinham sido porque não havia verba, pelo que tinham tido que justificar como ele próprio o tinha feito, o porquê de não terem sido realizadas muitas intervenções. Tinha-o justificado porque não havia outro modo, não ia referir que tinham feito o que não tinham, e muitos tinham-no ouvido assumir. _____

---Dirigindo-se ao Presidente da Junta referiu que aquelas eram as suas respostas, nomeadamente, relativas ao apoio para a festa de Santa Luzia e à questão dos pinos que considerava importantíssimas. Quanto às restantes questões que já eram património de anos anteriores, esperava que não se verificassem duplicações visto o assunto, obviamente, já ter sido colocado no ano transato e em anteriores. No ano de dois mil e catorze iriam tentar, como sempre o tinham feito, o mesmo procedimento, evitando as duplicações de modo a não prejudicar ninguém e a estabelecer uma complementaridade na programação que por vezes também dependia do calendário dos atores. Realizando-se a festa de Santa Luzia sempre no segundo fim de semana de agosto, tentavam, mas nem sempre sendo possível por agenciamento ou por oportunidade de trazer um determinado artista, todavia considerava que eram públicos complementares que saíam de um concerto e seguiam para a festa de Santa Luzia que apenas terminava pelas quatro ou cinco da manhã, com grande ritmo e uma boa programação. _____

---O Membro Carlos Rodrigues afirmou que havia uma questão que não tinha ficado esclarecida sendo que já por duas vezes que o Presidente da Câmara referia o mesmo. Queria referir que não tinha nada contra o Presidente da Câmara, absolutamente nada, pelo que, questionava se pretendia que apenas estivesse ali sentado sem efetuar qualquer intervenção. Estava ali a questionar para defender os interesses da sua freguesia e não a atacar o Presidente da Câmara. O que podia referir era que tinha ficado satisfeito com o que tinha ouvido e que não tinha ido para aquela Assembleia com o intuito de fazer guerra a quem quer que fosse, como também, não queria que lhe fizessem a ele, razão pela qual tinha começado a sua primeira intervenção com a enumeração de questões com as quais não tinha concordado e que o tinham magoado, como era o caso da Câmara lhe ter dito que não cedia os cinquenta pavês ou os seis baldes de tinta para uma escola da Câmara que tinha sido pintada pela Junta de Freguesia. _____

---O Presidente da Assembleia questionou se havia mais alguma intervenção no âmbito daquele ponto e verificando não existir, referiu que ia, como já tinha sido mencionado no início, colocar à votação ponto por ponto. Iniciava com a atualização da tabela de taxas. _____

---A tabela de taxas foi aprovada por maioria de vinte e cinco votos a favor e duas abstenções. _____

---O mapa de pessoal foi aprovado por unanimidade. _____

---As grandes opções do plano foram aprovadas por maioria de quinze votos a favor, um voto contra e onze abstenções. _____

---O orçamento foi aprovado por maioria de dezasseis votos a favor, um voto contra e dez abstenções.

---O Presidente da Assembleia passou ao ponto número três referente à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 189/2013/CM, sobre a atribuição de apoio à Freguesia de Cachopo – Consumo de eletricidade – GIPS. _____

---O Presidente da Câmara referiu que aquela questão era muito simples e estava relacionada com o facto da Junta de Freguesia de Cachopo ter pago um valor de eletricidade por altura dos incêndios, sendo que tinham entendido que aquele valor deveria de ser imputado à Câmara. A eletricidade tinha sido gasta pelo GIPS – Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro que estava sedado em Cachopo.

---O Presidente da Assembleia verificando não haver questões, colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade. _____

---O ponto número quatro da Ordem de Trabalho referia-se à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 191/2013/CM, referente à determinação da taxa de derrama. _____

---O Presidente da Câmara explicou que resultava do compromisso assumido para que não existisse derrama no Concelho de Tavira por considerarem ser um bom incentivo para que as empresas instalassem as suas sedes sociais no Concelho e, potencialmente criassem emprego. _____

---Quando tinha iniciado funções, no ano de dois mil e nove, aquela taxa equivalia a quatrocentos e noventa e três mil euros cujo valor tinham vindo a perder e que no ano de dois mil e catorze iria ser de zero. _____

---O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade. _____

---Passou ao ponto número cinco sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 192/2013/CM, referente à taxa municipal de direitos de passagem. _____

---O presidente da Câmara referiu que aquela proposta tinha por base a aplicação do que já era uma tradição no Concelho de Tavira e que consistia na aplicação da taxa máxima dos direitos de passagem que era de zero vírgula vinte e cinco por cento. _____

---Colocada a votação a proposta foi aprovada por unanimidade. _____

---O Presidente da Assembleia passou ao ponto número seis da Ordem de Trabalhos referente à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 193/2013/CM, referente à assunção de compromissos plurianuais – Final de 2013. _____

---O Presidente da Câmara explicou que aquela proposta se referia ao facto de até ao final do ano de dois mil e treze a Câmara assumir um conjunto de compromissos, sendo que, teoricamente, se não existisse uma autorização da Assembleia Municipal os compromissos não poderiam transitar para o ano seguinte tendo que liquidados na sua totalidade no final do corrente ano. Assim, o que pediam à Assembleia Municipal era uma autorização genérica para que os compromissos assumidos pudessem transitar para o ano de dois mil e catorze. Presentemente estavam a pagar a fornecedores a trinta dias, pelo que diria que até naquele prazo médio seria necessário que transitassem para efetuarem o pagamento no ano seguinte. _____

---O Membro Filipe Lopes referiu que não existia qualquer documento anexo à proposta porque tratando-se de uma autorização genérica, basicamente e traduzindo, seria uma carta-branca para aquela possibilidade pois não estava especificada. No fundo estavam a votar valores, montantes uma aprovação ou para além disso, uma ratificação. Não sabia o que estava em causa. _____

---O Presidente da Câmara explicou que se tratava de uma autorização genérica para contratar na Câmara ou na Assembleia Municipal, por delegação de competências, um conjunto de intenções que estavam a adquirir de que era exemplo a programação de fim de ano que iria ser liquidada no princípio do ano seguinte, pelo que o valor transitava. A não existir aquela autorização genérica teriam que pagá-la no imediato sendo de todo o interesse que fosse paga no início do ano seguinte. Não lhe parecia ser uma questão problemática sendo que o que poderia acontecer era ter que ser aprovada em Reunião de Câmara pois tudo era elaborado ao abrigo da delegação de competências cujos documentos tinham que ser sujeitos aos atos dos quais poderiam dar conhecimento à Assembleia. _____

---O Membro Filipe Lopes reforçou que a questão era apenas porque lhe parecia pouco claro pedir uma autorização para algo que não estava especificado até ao final do ano. _____

---O Presidente da Assembleia referiu que tal acontecia em todas as instituições que tinham que gerir um orçamento que terminava em trinta e um de dezembro. _____

---O Presidente da Câmara reforçou que tinham uma autorização para assumir compromissos no ano de dois mil e treze. O que pediam eram que os compromissos assumidos até ao final do ano transitassem para o ano económico de dois mil e catorze, pelo que já tinham as autorizações próprias delegadas pela Câmara para que todos os compromissos assumidos até ao final do ano de dois mil e treze transitassem para o ano de dois mil e catorze, sendo essa a autorização que pediam àquela Assembleia. _____

---O Presidente da Assembleia referiu que provavelmente deveriam constar quais eram. _____

---Colocou a proposta a votação que foi aprovada por maioria de vinte e dois votos a favor, um voto contra e quatro abstenções. _____

---Passou ao ponto seguinte sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 199/2013/CM, referente à alteração da composição do Júri para o procedimento concursal para provimento de cargo de Chefe de Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais – 355-Div/13, que

estava relacionada com a alteração dos membros do Júri anteriores devido à mudança de um dos Vereadores que era o Presidente do Júri. _____

---O Presidente da Câmara referiu que com a recomposição do Executivo a Vereadora Ana Paula, Vice-Presidente, assumia o lugar do ex Vereador Luís Nunes. _____

---O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade. _____

---Passou ao ponto número oito referente à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 200/2013/CM, referente à alteração ao regulamento de organização dos serviços municipais. _____

---O Presidente da Câmara referiu a nova Lei nº 75 previa uma reorganização dos gabinetes dos Presidentes passando o Gabinete de Apoio a ter um serviço de apoio ao Presidente e um serviço de apoio aos Vereadores composto pelo máximo de quatro secretários. _____

---Como os membros sabiam, ele tinha prescindido de ter Chefe de Gabinete pelo que, no presente, apenas estavam providos dois lugares. Assim, a proposta era para a atualização do regulamento de acordo com a Lei em vigor. _____

---O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade. _____

---Seguiu-se o ponto número nove com a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 201/2013/CM, referente ao regulamento de apreensões, depósitos e perdas de bens para o Município de Tavira. _____

---Informou que o regulamento já tinha sido publicado em Diário da República tendo também já havido lugar à discussão pública. _____

---O Presidente da Câmara informou que se tratava de um regulamento que não existia. Já tinha sido realizada a consulta pública e não tinham recebido qualquer contributo, pelo que, na prática, tratava-se de deliberar sobre o documento final daquele regulamento que iria permitir que a Câmara fosse consequente com alguns atos administrativos, nomeadamente, a apreensão de bens que presentemente passava a ter um regulamento próprio. _____

---Colocada a proposta a votação foi a mesma aprovada por unanimidade. _____

---O Presidente da Assembleia informou que iriam entrar nos dois pontos do aditamento. O ponto número um referia-se à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 203/2013/CM, relativa ao concurso público com vista ao fornecimento de gasóleo, gasolina sem chumbo 95 e lubrificantes. _____

---O Presidente da Câmara explicou que se tratava de um concurso plurianual, de três anos, que tinha efeitos do ano de dois mil e catorze ao ano de dois mil e dezassete, pelo que, na prática, no corrente ano tinham elaborado um concurso para a compra de lubrificantes, combustíveis a granel e cartão frota de modo a poderem abastecer os autocarros. O último procedimento que tinham realizado através da AMAL não tinha corrido bem, tendo ficado algum tempo sem gasóleo e por isso tendo que improvisar. O procedimento através da AMAL tinha-se atrasado, e não tinham realizado qualquer outro procedimento para combustíveis, sendo que as Câmaras que quisessem continuar a ter uma

bomba de gasolina como era o caso de Tavira, podendo assim ter alguma mobilidade, tinham tido que realizar um concurso cuja compra seria a três anos e iriam verificar qual a gasoleira com melhor preço. _____

---Concluiu referindo que a proposta apresentada era apenas para a aprovação da repartição de encargos. _____

---O Membro Filipe Lopes questionou se existia um contrato através da AMAL. _____

---O Presidente da Câmara respondeu que existia um acordo quadro, que a AMAL não ia cumprir aquele contrato de compras agregadas, pelo que tinha tido que ser a Câmara a fazê-lo. _____

---O Membro Filipe Lopes referiu que assim sendo iria entrar depois em vigor. _____

---O Presidente da Câmara disse que iam lançar o concurso que esperava estivesse finalizado no mês de maio seguinte. _____

---O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade. _____

---Passou ao segundo e último ponto do aditamento sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 204/2013/CM, referente ao Empréstimo Quadro – Banco Europeu de Investimento (BEI) “Parque Verde do Séqua – 2ª. Fase”. _____

---O Presidente da Câmara mencionou que aquele assunto já ali tinha sido apresentado. O Tribunal de Contas não tinha validado o contrato devido à existência de uma discrepância relativamente ao que tinha sido aprovado, o contrato seria por oito anos e constavam doze, pelo que, tinha tido que ser substituído e por isso novamente ali submetido. Tratava-se do contrato para a empreitada do Parque Verde do Séqua. _____

--- Para terminar, o Membro Filipe Lopes disse que aproveitava para colocar uma questão sobre o próprio parque. Referiu que não sabia mas pensava que estava a ser construído em terrenos privados, sendo que gostava de saber se de facto assim era, quem eram os privados e o que estava a ser efetuado para assegurar os interesses públicos. _____

---Tinha já ali sido referido e não pretendia voltar ao assunto, a propósito de Santa Luzia, quando o Presidente da Câmara tinha dito que em principio iria rever algumas questões, exceto o caso de um terreno particular porque a Câmara não devia realizar obra em propriedade privada, sendo que, naquele caso, era propriedade privada ou estava em vias de deixar de ser. _____

---O Presidente da Câmara disse que a construção do Parque Verde do Séqua estava validada pelo Tribunal de Contas que era a entidade que controlava os investimentos públicos tinha validado o contrato tendo, inclusivamente, sido celebrado um aditamento ao contrato de comodato. A propriedade era da família Martins Dias com quem tinham um conjunto de operações de loteamento e intervenções para regularizar, nomeadamente a ponte dos Descobrimentos que junto à UBI estava construída em terrenos da família que nunca tinha recebido qualquer compensação. Assim, esperavam regularizar a situação brevemente, inclusive o terreno da ponte de Santiago, mas relativamente àquela operação a mesma tinha sido realizada com contrato validado pelo Tribunal de Contas, aprovada por

fundos comunitários, tendo toda a documentação sido vista pelo IFDR – Instituto Financeiro de Desenvolvimento Regional e pelo BEI. Certamente que ninguém aprovava qualquer operação em que nos documentos de suporte não constasse como estava titulado, como estava garantido o interesse público ou como estava salvaguardado. _____

----Para terminar referiu que com aquele processo pretendiam resolver um conjunto de boas vontades de modo a salvaguardar o que de boa-fé, uma família de Tavira tinha vindo a ceder ao Município que, de momento, não estava ressarcida o que estavam a tratar. Considerava que deviam de respeitar o património das pessoas até porque a própria Escola Fixa de Trânsito se localizava naquele terreno que não era da Câmara, pertencendo ao mesmo artigo da mesma família, assunto que o atual Executivo pretendia resolver. _____

----O Membro Filipe Lopes perguntou em que moldes tinham os terrenos sido cedidos. _____

----O Presidente da Câmara respondeu que tinha sido através de um contrato de comodato com a cedência do terreno relativamente ao qual tinham tido que celebrar um aditamento com novas cláusulas para salvaguardar nomeadamente a candidatura ao Programa Operacional do Algarve. _____

----O Presidente da Assembleia indagou se havia mais alguma questão, que não se verificando, colocou a proposta a votação. _____

----A proposta 204/2013/CM foi aprovada por unanimidade. _____

----Passou à leitura das minutas que foram todas aprovadas por unanimidade. _____

----O Presidente da Assembleia referiu que antes de terminar iria passar a palavra ao público para que, caso pretendesse intervir sobre algum assunto que não tivesse feito parte da Ordem de Trabalho, se inscrevesse identificando-se. _____

----Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia agradeceu e deu por encerrada a sessão pela uma hora e vinte e dois minutos, da qual, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada. _____

A MESA DA ASSEMBLEIA,
